



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

| CPI - SUBNUTRIÇÃO DE CRIANÇAS INDÍGENAS | | |
|---|-------------------|------------------|
| EVENTO: Audiência Pública | Nº: 0356/08 | DATA: 09/04/2008 |
| INÍCIO: 14h39min | TÉRMINO: 16h52min | DURAÇÃO: 2h13min |
| TEMPO DE GRAVAÇÃO: 2h12min | PÁGINAS: 56 | QUARTOS: 27 |

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

GASPAR HICKMAN - Ex-Coordenador Regional da FUNASA em Mato Grosso do Sul.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis e ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Declaro aberta a 13ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as causas, conseqüências, e os responsáveis pela morte de crianças indígenas por subnutrição de 2005 a 2007.

Leitura de expediente.

Sr. Presidente,

Ao cumprimentá-lo, informo a V.Exa. que fiquei impossibilitado de fazer parte da comitiva em viagem ao Mato Grosso do Sul, de interesse desta Comissão, por encontrar-me em viagem ao meu Estado, o Maranhão, para buscar soluções devido às enchentes, com situação de emergência e calamidade pública em grande parte dos municípios de nosso Estado.

Ao ensejo, renovo a V.Exa. protestos de estima e consideração.

Cleber Verde,

Deputado Federal.

Ordem do Dia.

A presente reunião destina-se a audiência pública.

Convido o Dr. Gaspar Hickman, ex-Coordenador Regional da FUNASA no Estado do Mato Grosso do Sul, para tomar assento à Mesa. *(Pausa.)*

Por se tratar de oitiva de testemunha, solicito ao Dr. Gaspar Hickman que preste juramento, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal.

O SR. GASPAS HICKMAN - *“Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.”*

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Antes de passar a palavra ao depoente, peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa.

O tempo concedido ao convocado será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão (art. 256, § 2º), não podendo ser aparteado. Cada Deputado inscrito terá o prazo de 3 minutos para fazer suas indagações, dispondo o



convocado de igual tempo para resposta, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo (art. 256, § 5º).

Mesmo que regimentalmente seja determinado o prazo de até 3 minutos, o Plenário da CPI decidiu por 5 minutos. Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Com a palavra, por até 20 minutos, o depoente, Dr. Gaspar Hickman.

O SR. GASPAS HICKMAN - Exmo. Sr. Presidente, Exmos. Srs. Deputados, demais presentes, se não for pedir muito, apenas, como eu não tenho conhecimento exatamente de qual é o objetivo de que eu fale, gostaria que me informassem exatamente sobre quais aspectos especificamente seria importante falar, porque de forma geral, assim, eu não sei o que seria importante para a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Por ser o requerimento do Deputado Waldir Neves, eu gostaria que V.Exa., em poucas palavras, resumisse o teor das suas indagações e sobre o que V.Exa. gostaria que o Dr. Hickman falasse.

O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES - Vou explicar. Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Gaspar, demais colegas que compõem esta CPI, o senhor tem consciência de que foi constituída uma CPI para investigar a morte de em torno de 80 crianças, até o momento, durante o período de 2004 a 2007, por subnutrição, inanição, enfim. E o senhor é ex-Coordenador da FUNASA de Mato Grosso do Sul nesse período, tendo se afastado em 2005. Foi justamente nesse período que houve o maior número de crianças que foram vítimas de morte por desnutrição. Obviamente esta CPI visa investigar as causas, as razões, quais foram os problemas que houve. Então, o nosso requerimento, a convocação de V.Sa., tem justamente o sentido de aqui termos mais informações — e o Relator, na hora que for fazer o seu relatório final — acerca do que de fato houve nesse período sob a sua gestão, tendo em vista que a FUNASA é a responsável pela parte de saúde indígena, enfim.

Então, o objetivo é este: todos os esclarecimentos que o senhor puder nos dar. Os demais, nós faremos com perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Obrigado, Deputado.

Passo a palavra ao Dr. Gaspar Hickman.



O SR. GASPAS HICKMAN - Srs. Deputados, de fato, fui Coordenador Regional da FUNASA durante 2 anos e alguns meses, e durante esse período aconteceu o que o Brasil inteiro tomou conhecimento, através dos jornais principalmente, com relação à morte de crianças indígenas. Essa situação surgiu, embora sempre tivesse existido essa situação de desnutrição, mas ela passou a ter uma visibilidade a partir do momento em que a FUNASA, em Mato Grosso do Sul, instituiu, em parceria com a Missão Evangélica Caiuá, o que a gente chama de Centrinho, que é um local que alguns Deputados, pelo que eu sei, visitaram. Esse local, até então, não existia. Inclusive, não existia nenhum local — até 2002, não existia nenhum local, ao que se saiba —, no Brasil inteiro, que pudesse ser... para onde se pudesse encaminhar as pessoas, principalmente as crianças indígenas, com problemas de desnutrição grave, principalmente. Em 2002, a FUNASA, em parceria com a Missão Caiuá, passou a trabalhar nesse centro de recuperação de desnutridos, que antigamente era um centro de tratamento de tuberculosos, e a partir desse momento, principalmente em 2003, quando esse centro de recuperação passou por uma reforma e teve sua capacidade de atendimento bastante ampliada, então passou a ser o centro de referência em todo o Estado, para onde se encaminhavam as crianças em estado de desnutrição grave de todo o Estado, de todas as etnias, não só ali de Dourados e região, mas até mesmo de outras etnias, que não têm tantos problemas de desnutrição, como são os terenas e os kadiwéus. Então, a partir desse momento, essa questão da desnutrição passou a ter uma visibilidade que até então não tinha. É importante esclarecer que hoje já esse centro de desnutrição se difundiu no Estado. Foram descentralizados. Hoje há centros de desnutrição, de tratamento de desnutridos, em vários municípios do Estado, de forma que não há mais aquela aglomeração de crianças desnutridas apenas em um único local. Até então, principalmente as crianças de que se teve notícia na época, grande parte delas não era da cidade de Dourados, mas, sim, de outros municípios, de outras aldeias, que estavam situadas em outros municípios, e que as nossas equipes de saúde para lá encaminhavam como sendo a última oportunidade de tentar recuperar a vida dessas crianças. Com relação às causas propriamente da desnutrição, eu tenho aqui comigo, inclusive — e gostaria de depois deixar à Comissão —, autos do inquérito civil promovido pelo Ministério Público Estadual à



época, que procurou exatamente encontrar as mesmas explicações que esta Comissão hoje procura. O Ministério Público, através desse inquérito, procurou encontrar as causas e os responsáveis pelas mortes, tendo inclusive apurado, investigado o caso de 11 crianças especificamente e concluído ao final que não é possível atribuir-se uma única causa à mortalidade que estava acontecendo e que, conforme consta do relatório, embora aquele número de óbitos que havia ocorrido, ainda assim os índices de mortalidade infantil eram os menores dos últimos 5 anos. Isso demonstra exatamente o que a gente sempre falou: que essa situação existia, mas que, somente a partir do momento em que se começou a enfrentá-la é que ela passou a ter visibilidade. Ainda com relação ao relatório do Ministério Público, ele coloca que as causas são complexas, e ele elenca, além da questão cultural indígena, as dificuldades que se tem para trabalhar e para a população indígena aceitar, muitas vezes, até um tratamento, como nós tínhamos, na época, muitas vezes, as mães retiravam os filhos, não deixavam tratar. Enfim, era uma situação bastante difícil. Tinha, também — e continua existindo, acredito eu —, a questão do alcoolismo. Muitas vezes, as famílias recebem uma cesta de alimentação e acabam, em alguns casos, trocando isso por bebida alcóolica e por outras coisas que não se destinam propriamente a nutrir as crianças. Então, são diversas as causas. Nós tivemos, evidentemente, alguns problemas de gestão nesse período também. Aconteceu uma mudança na gestão que o Governo Federal vinha até então implementando na saúde indígena. Até meados de 2004, em toda a saúde indígena, as ações eram feitas pelas ONGs. No nosso caso, de Mato Grosso do Sul, pela Missão Evangélica Caiuá. Havia um convênio pelo qual a Missão Evangélica Caiuá se responsabilizava não só pela contratação de pessoal, mas também pela manutenção da estrutura que havia, por exemplo, recuperação de veículos e tudo o que era necessário para que as coisas acontecessem. A partir de 2004, houve uma inversão nesse modelo de gestão, e a FUNASA passou a adotar o inverso do que vinha sendo feito até então. Ela passou a dar prioridade para executar diretamente, através do seu próprio quadro de pessoal, todas as ações que era possível executar. Evidentemente, isso acabou trazendo alguns reflexos administrativos para a instituição. Nós não tínhamos, à época, um quadro de pessoal totalmente preparado e em condições de rapidamente assimilar toda aquela estrutura e dar a mesma



agilidade com que um órgão da iniciativa privada, que é dispensado de licitações, consegue fazer. Então, em linhas gerais, essas são as considerações principais. Gostaria ainda de aproveitar a oportunidade para esclarecer que à época até ocorreu uma CPI na Assembléia Legislativa do Estado, presidida pelo Deputado Maurício Picarelli, tendo como Relatora a Deputada Bela Barros, e nós acabamos tendo uma série de problemas com essa CPI, porque ela tinha dificuldade de entender como funciona a estrutura de um órgão público federal. E aí acabou contratando inclusive uma auditoria independente, que acabou cometendo uma série de equívocos ao analisar a documentação da instituição. À época, até, nós fomos ridicularizados junto à imprensa, porque, através dos membros da CPI, foi divulgado que, na nossa gestão, nós tínhamos inventado até um carro tricombustível e que, num mesmo veículo, nós tínhamos abastecido com 3 tipos de combustível: álcool, gasolina e óleo *diesel*. Essa CPI, através da auditoria que ela contratou, nós abrimos a FUNASA para ela, e ela analisou os documentos contábeis da FUNASA, e pegou a identificação de um cartão de abastecimento e interpretou como se fosse a placa de um veículo. Nós tínhamos, na época, para cada pólo indígena que ficava no interior, um cartão de abastecimento. Com esse cartão, eram abastecidos todos os veículos daquele pólo. E é evidente que, em cada pólo, havia veículos movidos a álcool, a gasolina e a óleo *diesel*. E, geralmente esses abastecimentos eram feitos de forma semanal. Por isso, às vezes, constava intervalos com diferença de 1 ou 2 minutos entre um e outro abastecimento, porque era uma questão de passar o cartão apenas. Então, normalmente, o chefe do pólo fazia uma requisição, o motorista ia lá e abastecia e na sexta-feira ou na segunda-feira o chefe do pólo ia lá para liberar aqueles abastecimentos através do cartão. E aí aconteceram esses equívocos. Eu, inclusive, na época — tenho aqui —, encaminhei ao Presidente da CPI, mas de forma inútil, porque não foi dada qualquer atenção para isso, ofícios, documentos, pedindo que antes de concluir o relatório fosse feita a revisão disso, porque havia várias informações de que nós tínhamos tomado conhecimento pela imprensa de que constariam do relatório, como essa, por exemplo, dos combustíveis. Mas, infelizmente, nós não fomos ouvidos. A nossa documentação, a nossa correspondência, não fez qualquer efeito para a Comissão estadual. E assim outras notícias, outras situações que constaram daquele relatório e que são



totalmente infundadas, não têm fundamento, e nós temos como provar. Inclusive, eu trouxe até alguns documentos que provam isso. Então, foi uma situação extremamente difícil a que nós vivemos. Eu acredito que, à época, pelo quantitativo de pessoal que a FUNASA tinha, ela fez tudo o que podia fazer. Em nenhum dos casos dos óbitos de crianças faltou assistência à saúde. Em nenhum dos casos houve omissão. Em qualquer relatório, jamais se apurou, jamais se apontou sequer para omissão da FUNASA, das equipes de saúde da FUNASA, com relação a essas mortes. É importante ainda destacar que aconteceram várias auditorias, inclusive na FUNASA, que, em princípio, apontaram uma série de irregularidades do ponto de vista formal, que, todavia, não vieram a se confirmar do ponto de vista material. Então, nós tivemos, por exemplo, a principal questão, à época, era a de que nós tínhamos praticado superfaturamento, sobrepreço com relação à manutenção dos veículos. Inicialmente, o próprio Tribunal de Contas e a CGU fizeram auditorias e apontaram isso. Todavia, quando esse relatório chegou ao Ministro do Tribunal de Contas Ubiratan Aguiar, ele devolveu aos auditores esse relatório, determinando que eles apontassem, então, de quanto foi esse superfaturamento. Se houve superfaturamento, tinha de ser indicado de quanto foi. E, se tivesse acontecido o superfaturamento, que a gestão de que eu fazia parte fosse condenada a restituir aquela diferença. Tenho aqui em minhas mãos, já, também, algo que ainda não é um parecer final, mas já é o segundo relatório dos auditores do Tribunal de Contas no qual eles reconhecem que não houve sobrepreço. Embora com algumas dificuldades para fazer a apuração, eles, os auditores, fizeram, depois, recentemente, no ano passado, em 2007, levantamentos em 4 empresas de autopeças e constataram que não houve sobrepreço. Então, para nós foi uma situação extremamente difícil, porque nós fomos desmoralizados, a nossa honra, a nossa moral foram jogadas no lixo, e, infelizmente, a repercussão que se tem no sentido de resgatar essa situação toda que aconteceu não é a mesma. Há, ainda, algumas pendências decorrentes de toda essa situação, de uma série de denúncias que aconteceram. Essas denúncias, muitas vezes, praticamente todas elas, originadas em disputas de poder, disputas internas — não de política partidária, mas disputas de poder e de cargos, internas à instituição —, acabaram levando a uma série de denúncias, que, infelizmente, contribuiu, de certa forma, para agravar essa



imagem que se passou a ter da situação da desnutrição indígena. Então, em linhas gerais, inicialmente, o que eu teria para explicar era isso. Logicamente, se houver necessidade de esclarecer, alguns questionamentos poderão ser feitos. Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Obrigado, Dr. Gaspar Hickman.

Passo a palavra ao nobre Relator, Deputado Vicentinho Alves.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Sr. Presidente, caros colegas, colega Biff, grande anfitrião do Estado do Mato Grosso do Sul, cumprimento o nosso ilustre convidado, o Dr. Gaspar Hickman.

Eu tenho algumas perguntas a fazer. Se o senhor puder anotá-las e responder agora o que for possível, será ótimo. Se não, pode complementar através de um ofício ou documento para a nossa Relatoria.

Primeiro, eu pergunto a V.Sa. em que período foi Coordenador Regional da FUNASA em Mato Grosso do Sul.

O SR. GASPAS HICKMAN - Posso responder agora?

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Não. São 3 perguntas.

Como eram usados os recursos destinados à saúde indígena quando o senhor era Coordenador da FUNASA em Mato Grosso do Sul?

E tenho aqui também, Dr. Gaspar, uma reportagem da *Folha Online*, do período de 2005: *“Coordenador da FUNASA em Mato Grosso do Sul pede afastamento do cargo. O Coordenador Regional da FUNASA — Fundação Nacional da Saúde, em Mato Grosso do Sul, Gaspar Hickman, pediu afastamento do cargo na última quinta-feira, após denúncias de irregularidades no uso de verbas da instituição”*.

V.Sa. já se manifestou, em parte, com relação a essa notícia da época. E eu gostaria que V.Sa. explicasse melhor o que ocorreu, porque aqui na mesma matéria tem uma posição do Deputado Geraldo Resende de forma contrária, na época. Então, se o senhor pudesse contribuir, colaborar, nesse sentido de esclarecer melhor ainda para enriquecer a nossa Relatoria, eu agradeceria.

E eu gostaria também de mais uma pergunta. Na sua visão, quais os motivos das mortes de crianças indígenas por subnutrição? E uma outra que é mais no



sentido da sugestão, porque V.Sa. conviveu diretamente com o assunto: qual a sugestão para solução do caso de morte de crianças indígenas por subnutrição?

São estas as nossas considerações.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Sim, Deputado Geraldo Resende.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Até para agilizar, para facilitar a nossa vida, se nós pudéssemos fazer logo os questionamentos e ele pudesse responder como um todo o conjunto dos Deputados que se inscreveram...

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - O Deputado Vicentinho fez 5 questionamentos. Um acúmulo grande de questionamentos eu acho que fica um pouco complicado para o depoente. Vamos deixar ele responder o Relator. Depois, a gente faz em bloco de 3.

Com a palavra o Dr. Gaspar Hickman.

O SR. GASPAS HICKMAN - Sr. Deputado, o período em que fui Coordenador foi de março de 2003 a maio de 2005. Com relação à utilização dos recursos, os recursos sempre foram utilizados através do orçamento que era liberado, com rubricas já específicas, pela Presidência da FUNASA. Então, esses recursos sempre chegaram à Coordenação Regional já com a sua finalidade especificada. Jamais era possível utilizar um recurso, por exemplo, de uma finalidade para outra. Isso, do ponto de vista do orçamento, não era permitido. Nesse sentido, inclusive, gostaria de esclarecer que uma das maiores dificuldades que a gente tinha era, por exemplo, com relação a veículos, porque a frota era extremamente antiga, e as coordenações regionais não tinham — e acredito que não têm até hoje —, autonomia para decidir-se pela aquisição de novas viaturas. Essa aquisição, por exemplo, sempre foi feita pela Presidência da FUNASA. Ainda com relação aos recursos, a maior parte do recurso utilizado na área indígena era de convênio, era o convênio da Missão Evangélica Caiuá, que se destinava à contratação de mão-de-obra, principalmente de profissionais que a FUNASA não tinha no seu quadro. À época, tínhamos cerca de 130 servidores do quadro e — tem que subtrair — 512 servidores no total, atuando na área indígena. E desses, apenas 130 eram do quadro. Hoje, ao que me consta, nós temos... A FUNASA tem hoje 957.



Praticamente dobrou de 2005 para cá o quantitativo de recursos humanos. Então, os recursos eram usados sempre dessa forma. Com relação ao motivo do meu afastamento, a partir do momento em que foram publicadas as denúncias de supostas irregularidades que teriam ocorrido na minha gestão, eu não me senti à vontade para continuar, porque isso me atingiu de forma muito pessoal, de forma... Eu me senti muito ofendido na minha dignidade com relação a isso. E entendo até hoje que não vale a pena a gente exercer um cargo público e pagar um preço tão alto, sendo que o retorno que a gente tem não... para mim não compensava. Então, eu estava passando por uma situação bastante difícil, um desgaste pessoal muito grande. Havia divergências internas na instituição, principalmente porque, em decorrência do modelo de gestão que existia, isso acarretou uma insatisfação de alguns profissionais de saúde que eram terceirizados, que eram contratados, por exemplo, pela Missão Evangélica Caiuá, e que até então... Como quem dirigia tudo, quem coordenava tudo era a Missão Evangélica Caiuá e, com a inversão desse modelo, para que a instituição, a FUNASA, passasse a coordenar e executar diretamente as ações, nós tivemos um choque, um conflito de interesses com alguns profissionais de saúde. Por exemplo, posso citar aqui o Dr. Zelik, a quem esta Comissão já ouviu, que era a pessoa que até então, de certa forma, coordenava e falava em nome da FUNASA, e, a partir daquele momento, isso... passou a ter um conflito com ele, porque nós não admitíamos mais que uma pessoa que não era funcionário da FUNASA representasse a FUNASA, a menos que a FUNASA assim o pedisse. Mas hoje isso volta a acontecer. Hoje, novamente, o Dr. Zelik já fala em nome da FUNASA. Mas na época a gente não permitia mais isso. Era um modelo de gestão que a Presidência da FUNASA adotou, um modelo de execução direta: a instituição assumindo diretamente as suas responsabilidades e não permitindo mais que terceiros respondessem por ela. Então, a questão das denúncias foi o motivo principal da minha... Assim que elas saíram, eu não me senti em condições. Inclusive fiz uma carta solicitando o afastamento, colocando inclusive que era uma forma de eu facilitar toda e qualquer investigação que tivesse que ser feita, porque exatamente eu tinha plena consciência de que eu jamais cometi qualquer ato de má-fé, ou de lesar, ou de desviar um centavo sequer, seja da área de saúde indígena, seja das outras áreas em que a FUNASA atua, atuava. Com relação aos motivos, as



causas propriamente das mortes por desnutrição, é importante que se tenha muita clareza e se tenha em vista que nós estamos tratando de uma população que tem uma cultura totalmente diferente da nossa, que vive uma situação social extremamente degradante, extremamente difícil, que ela não tem, muitas vezes... Às vezes até tem os recursos, mas não sabe como utilizar, principalmente pela questão cultural. E é importante que se tenha também clareza de que as populações indígenas, mesmo as de Mato Grosso do Sul, que estão, digamos assim, num estágio de evolução um pouco mais avançado, não têm tanto esse problema de desnutrição. Então, é uma situação muito característica de populações, vamos dizer assim, que têm uma situação cultural, socioeconômica muito difícil. Assim é também com algumas regiões do Nordeste, onde os índices de mortalidade, em razão das peculiaridades de determinadas populações, são extremamente altos, e assim é com a população indígena em Mato Grosso do Sul. É importante notar que essa questão da desnutrição, ela aparece de forma relevante apenas na população guarani-caiuá. Ela não é assim entre os kadiwéus, entre os terenas, entre os próprios ofaié xavantes, que habitam outra região do Estado. Ela é uma situação característica e localizada principalmente entre os kaiowás, que têm ainda uma característica de cultura em deuses, em rezas. Muitas vezes, isso é inclusive motivo de impedimento para que se consiga fazer o tratamento dessas crianças. Não é uma vez só, e não é só na minha época, até hoje isso acontece. É preciso um trabalho muito grande, e ainda assim não se consegue sucesso para que o pai ou a mãe de uma criança que se encontra em estado extremamente grave de desnutrição aceite e permita que aquela criança seja retirada da sua casa e internada, ou levada para um lugar onde ela possa ser tratada. Então, além da questão cultural, nós temos também a questão socioeconômica, e tem, em algumas situações, aqueles casos onde alguns pais trocam os alimentos, a própria cesta básica por bebidas alcóolicas. Eu quero, assim, aproveitar a oportunidade para esclarecer que à época não era atribuição da FUNASA a distribuição de cestas básicas. Nós nunca tivemos essa atribuição. Essa atribuição sempre foi da FUNAI. E aí nós sabemos todos, isso é público e notório, das deficiências que a FUNAI tem. A FUNAI, de forma alguma, nunca conseguiu atender a essas demandas. Agora, em Mato Grosso do Sul, pelo que eu acompanho de longe, a FUNASA assumiu parte da entrega das cestas



básicas de uma região e a FUNAI em outra. E onde a FUNAI está entregando começaram a ter dificuldades, começou a ter problemas também. Então, para se evitar que uma criança venha a entrar em estado grave de desnutrição precisaria ter uma vigilância 24 horas de cada criança dessas, o que é humanamente impossível. Então, é um trabalho, eu acredito que, de médio e longo prazo, de conscientização, de trabalhar principalmente a questão social dessas famílias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Nós iniciamos a presente sessão sem *quorum* para deliberação. Portanto, informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 12ª reunião realizada no dia 08 de abril. Por isso pergunto se há necessidade da leitura.

O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES - Peço a dispensa, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Dispensada a leitura, coloco a ata em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação.

Os. Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se estão. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

Passo a palavra ao primeiro inscrito, o autor do requerimento, Deputado Waldir Neves.

O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES - Eu gostaria de — eu estou inscrito também — passar a palavra ao Deputado Macris. Eu falo posterior a ele. Ele tem um compromisso e tem que sair, mas gostaria de fazer algumas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Ele é o próximo inscrito.

O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES - Obrigado.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Obrigado, Deputado Waldir.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BIFFI - Sr. Presidente, gostaria que me inscrevesse. Obrigado.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, primeiro quero saber se o depoente já fez — eu confesso que não estava atento, talvez, pode ter sido erro meu — o compromisso de falar a verdade. Já foi feito?

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Foi feito. Assinou inclusive.



O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Muito bem. Queria agradecer primeiro a possibilidade dessas informações do Sr. Gaspar, que está aqui nesta Comissão. Nós temos aí uma missão importante nesse processo, que é a de levantamento de dados e informações para finalizar o nosso relatório em relação aos acontecimentos sobre essa questão da subnutrição de crianças indígenas. Sr. Gaspar, queria fazer uma primeira pergunta: o senhor é filiado a algum partido político?

O SR. GASPAS HICKMAN - O senhor quer que eu responda?

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Pois Não.

O SR. GASPAS HICKMAN - Eu era filiado ao PT e continuo filiado, embora não tenha mais uma militância.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Está bem. Na época em que o senhor era dirigente da FUNASA os seus assessores diretos também eram filiados ao partido?

O SR. GASPAS HICKMAN - Nenhum.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Nenhum.

O SR. GASPAS HICKMAN - Todos eram servidores do quadro.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Está bem. Quando o senhor foi designado para a coordenação da FUNASA o senhor se afastou da coordenação, num determinado momento. O senhor foi trabalhar em algum lugar depois disso?

O SR. GASPAS HICKMAN - Não, senhor, eu continuo sendo funcionário. Sou funcionário de carreira da FUNASA.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O senhor é funcionário da FUNASA, de carreira. E onde é a sua destinação de trabalho... O seu trabalho hoje é em qual departamento? O senhor podia dizer?

O SR. GASPAS HICKMAN - Eu sou ... De origem, eu sou agente de saúde pública. Como eu tenho formação na área de Direito, sou advogado também, atualmente eu presto uma espécie de assessoria jurídica no setor de engenharia.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Certo.

O SR. GASPAS HICKMAN - Divisão de Engenharia.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Quantos funcionários efetivos havia no período de coordenação sua na FUNASA lá em Mato Grosso?



O SR. GASPAS HICKMAN - Vou consultar aqui.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Mato Grosso do Sul.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Desculpe. *(Risos.)*

O SR. GASPAS HICKMAN - Deputado, o senhor se refere só à saúde indígena?

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Eu aprendi isso nessa viagem que fiz. Foi uma falha de memória.

O SR. GASPAS HICKMAN - É só na área de saúde indígena?

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sim, por favor.

O SR. GASPAS HICKMAN - Olha, eu não tenho o número exato, mas era em torno de 130.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Cento e trinta. E hoje o senhor tem idéia de qual o número?

O SR. GASPAS HICKMAN - Novecentos e cinqüenta e sete... Não, desculpe. Na época, nós tínhamos 512 pessoas trabalhando na saúde indígena. Desses...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Isso em Mato Grosso do Sul?

O SR. GASPAS HICKMAN - Isso! Desses 512, 130 eram servidores do quadro, os demais eram terceirizados, eram contratados pela Missão Evangélica...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Pelas ONGs.

O SR. GASPAS HICKMAN - Isso. Hoje tem 797 contratados... 489 contratados pela ONG mais 308 que foram contratados via Prefeituras agora com recursos da SAS, totalizando os 797 e mais 160 do quadro.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - E esses são cargos comissionados?

O SR. GASPAS HICKMAN - Nenhum.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Nenhum.

O SR. GASPAS HICKMAN - Aliás, desses aqui devem ter 2 ou 3 que são comissionados.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sei. E esses recursos foram repassados, por exemplo, para ONGs, para a contratação de pessoas terceirizadas?



O SR. GASPAS HICKMAN - Sim. À época nós tínhamos um convênio na faixa de 7 milhões de reais anual. Hoje é em torno de 11 milhões, mais ou menos, pelo que fiquei sabendo. Não tenho o número exato para...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Na sua gestão na coordenação da FUNASA foi assinado contrato ou convênio com a ONG Missão Caiuá?

O SR. GASPAS HICKMAN - Sim.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - E qual foi o objetivo desse convênio?

O SR. GASPAS HICKMAN - O objetivo específico da época era a contratação de recursos. Eu não lembro a formulação, agora que está... mas a finalidade específica era a contratação de recursos humanos.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O senhor conhece os dirigentes dessa ONG?

O SR. GASPAS HICKMAN - Olha, eu tinha contato com o Demetrius, que era o administrador, e esporadicamente tive contato em audiências, em assinaturas de contratos, com um reverendo, se não engano, Reverendo Benjamin. Mas não tenho contato, digamos, de amizade, não tenho qualquer tipo de relação assim.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Durante a sua gestão foi retirada a possibilidade de a Missão Caiuá atuar nesse trabalho, foi isso?

O SR. GASPAS HICKMAN - Não. Aconteceu o seguinte. Até então toda a saúde indígena era terceirizada, a execução de todas as ações.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sim, o senhor já explicou isso, quer dizer, mas foi na sua gestão que isso aconteceu? Essa mudança de...

O SR. GASPAS HICKMAN - A mudança foi.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Foi na sua gestão?

O SR. GASPAS HICKMAN - Não foi na minha gestão, foi por determinação da Presidência da FUNASA em Brasília.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Muito bem, mas na sua gestão...

O SR. GASPAS HICKMAN - Sim.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - ...na FUNASA lá em Mato Grosso do Sul?

O SR. GASPAS HICKMAN - Sim.



O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Muito bem. E foi neste momento em que as coisas se agravaram, a partir daí que as coisas se agravaram?

O SR. GASPAS HICKMAN - Não é que se agravaram. Essa situação, como eu falei, ela já existia. Aconteceu... Em razão dessa mudança de gestão, aconteceram alguns conflitos de interesses de alguns profissionais que, por exemplo, não concordavam com essa nova... esse novo modelo de gestão.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O senhor tem conhecimento do repasse de recursos de 16 milhões 122; depois 3 milhões e 800; 1 milhão e 700; 2 milhões e 300; 33 milhões e 500, num dos contratos feitos com a Missão Caiuá; 7 milhões, 2 milhões e 400. O senhor conheceu esses contratos todos?

O SR. GASPAS HICKMAN - Não, porque esses contratos eram firmados pela Presidência da FUNASA diretamente com a Missão Caiuá. A Coordenação Regional...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - E o senhor sabe por que a Missão Caiuá foi também a ela destinada o trabalho em outros Estados, além de Mato Grosso do Sul?

O SR. GASPAS HICKMAN - Olha, pelo que eu fiquei sabendo na época — e aí eu estou, tenho que ser bastante sincero, estou vendendo o peixe de acordo com o que me venderam...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo.

O SR. GASPAS HICKMAN - À época, que eu fiquei sabendo... Porque não havia... Havia convênios firmados com outras instituições que acabaram tendo problemas na prestação de contas. É essa a informação que... E aí como a Missão Caiuá nunca teve problemas com relação à prestação, à transparência, a presidência da FUNASA, em razão do bom trabalho que era desenvolvido em Mato Grosso do Sul, a Presidência da FUNASA fez uma opção, parece, de contratar...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Isso foi determinação do presidente ...

O SR. GASPAS HICKMAN - Presidente da FUNASA.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Da FUNASA.



O SR. GASPAS HICKMAN - Eu não sei lhe dizer quem da presidência, mas essa era uma política da presidência da FUNASA aqui em Brasília.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sei. Por que voltaram atrás depois e acabaram recuperando esse trabalho com a Missão Caiuá?

O SR. GASPAS HICKMAN - Eu não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Já foi fora as sua gestão?

O SR. GASPAS HICKMAN - Já foi fora da minha gestão.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Os senhores têm conhecimento desses relatórios do Tribunal de Contas que apresentaram uma série de irregularidades durante a sua gestão? O senhor já falou alguma coisa a respeito, como licitação aberta por demolição de um prédio, contratação de veículos a preço superfaturados, celebração de convênios com a Missão Caiuá, enfim, constatação de irregularidades várias que foram apontadas pelo Tribunal de Contas? Eu tenho aqui os documentos na mão. O senhor disse que isso já foi superado etc. e tal.

Quais dessas denúncias feitas, ou melhor, dessas constatações do Tribunal de Contas de irregularidades sobre sua gestão, quer dizer, nada disso do que o Tribunal diz aconteceu na sua gestão?

O SR. GASPAS HICKMAN - Não, eu não disse que isso já esgotou. Eu disse que, do ponto de vista do item mais relevante que havia na época, que era a questão de sobrepreço, superfaturamento de peças — talvez o senhor não tenha aí, porque isso eu obtive cópia recentemente —, mas nesse próprio relatório acredito que deve constar aí também que o Ministro Ubiratan Aguiar determinou que os auditores fizessem a apuração de quanto teria sido esse sobrepreço, porque eles apenas afirmaram que houve sobrepreço, mas sem confirmar isso, sem mostrar...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O senhor falou inclusive que tem outro relatório do Tribunal, já que já mudou. O senhor pode deixar isso na Comissão?

O SR. GASPAS HICKMAN - Vou deixar aqui. Esse relatório ainda não foi... ele foi... já é o resultado desse daí já com relação às peças especificamente.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sei. O senhor pode deixar com a gente?

O SR. GASPAS HICKMAN - Vou deixar.



O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Está bom.

O SR. GASPAS HICKMAN - Com relação aos demais itens, essa auditoria foi transformada numa tomada de contas especial. Eu respondi a todos esses itens agora no final do ano.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O senhor tem também a cópia das respostas feitas?

O SR. GASPAS HICKMAN - Não tenho aqui, mas posso encaminhar.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O senhor poderia mandar a nossa Comissão?

O SR. GASPAS HICKMAN - Posso encaminhar.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - A licitação também nesse prédio já demolido, uma licitação de demolição de um prédio demolido, isso aí também já está justificado?

O SR. GASPAS HICKMAN - Esse também já está devidamente esclarecido e justificado.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O Tribunal já concordou com a sua justificativa?

O SR. GASPAS HICKMAN - Não. O Tribunal ainda não se posicionou com relação a isso.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Nem em relação aos demais?

O SR. GASPAS HICKMAN - Nem em relação aos demais.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Está bem.

O que o senhor faz hoje na divisão de engenharia? O senhor tem essa informação de quais são as suas atividades?

O SR. GASPAS HICKMAN - Olha, eu assessoro... Geralmente é assim: tem muitas demandas que envolvem questões jurídicas...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sei.

O SR. GASPAS HICKMAN - ...da Coordenação Regional, do Setor de Engenharia, e eu assessoro o pessoal lá da equipe de engenheiros.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O senhor aprova contratos de outras atividades de obras, alguma coisa lá?

O SR. GASPAS HICKMAN - Não, não.



O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Isso é em outro departamento?

O SR. GASPAS HICKMAN - É outro departamento.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Está certo.

Sr. Presidente, eu acho que as perguntas que eu gostaria de fazer...

O senhor me falou — para concluir aqui — que havia muita disputa interna dentro da FUNASA, daí a razão muitas vezes de ter tido problemas em relação a sua gestão lá. Que disputas eram essas, Sr. Gaspar?

O SR. GASPAS HICKMAN - Disputas por cargo.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Por cargo?

O SR. GASPAS HICKMAN - Para o senhor ter uma idéia, na época, por exemplo, as pessoas que eram contrárias a minha gestão são exatamente as pessoas que hoje estão na gestão. Então, na verdade tudo era uma...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Havia muita disputa interna?

O SR. GASPAS HICKMAN - Sim, havia disputa por cargos.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Eram disputas de pessoas ligadas a partidos políticos?

O SR. GASPAS HICKMAN - Não. É isso o que eu falei para o senhor. Acho que a disputa não era partidária. Mas era muitas vezes...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Mas quem é que disputada o teu cargo lá?

O SR. GASPAS HICKMAN - Olha, havia evidentemente interesses.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Flávio Brito era um nome que disputava?

O SR. GASPAS HICKMAN - Não, não, não, de forma alguma. Não, havia assim disputas internas do ponto de vista de quem seria o administrador, de quem seria o chefe da área indígena, enfim.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Entendi. Mas isso causava transtorno na sua gestão?

O SR. GASPAS HICKMAN - Não a ponto de interferir. Mas isso acabou levando a essas denúncias, porque as pessoas que fizeram...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Não, tudo bem. A minha pergunta é outra. A denúncia é clara, está aqui registrada e tal, foram feitas. Agora, eu quero



saber se o senhor tinha dificuldades na sua gestão para gerenciar a sua responsabilidade como gerente de um processo.

O SR. GASPAS HICKMAN - Não, não.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Essas disputas internas não causavam dificuldades na sua gestão?

O SR. GASPAS HICKMAN - Não, não. De forma alguma.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Passo a palavra ao ilustre Deputado Waldir Neves.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Geraldo Resende, não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Não, porque o primeiro era V.Exa...

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Mas eu posso trocar com o Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Pode?

Então, passo a palavra ao Deputado Geraldo Resende. Na seqüência, Waldir Neves e, logo em seguida, Antônio Carlos Biffi.

Vamos fazer blocos de 3: Geraldo Resende, Waldir Neves e Antônio Carlos Biffi.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Primeiro, dizer que me sinto bem a vontade em poder fazer, mais uma vez, um debate com o ex-Coordenador da FUNASA Gaspar Hickman acerca da situação vivenciada no Mato Grosso do Sul, quando era ele o Coordenador da FUNASA.

Ele também tem conhecimento, porque você só mencionou a CPI da Assembléia Legislativa, onde faz algumas considerações inclusive acerca do relatório dessa CPI.

V.Sa. também tem conhecimento que foi feito através desta Câmara dos Deputados uma Comissão Externa, que não tem o mesmo poder de uma CPI, mas apontou diversas situações que, ao longo do tempo, entendo que V.Sa., inclusive como funcionário da FUNASA, deve ter notado melhoras substantivas após aquela crise, aquela situação de 2005.



Gostaria de me reportar a uma fala que o senhor disse em maio de 2005, que estava saindo devido à situação de desconforto com as críticas políticas acerca da sua gestão.

Gostaria de perguntar taxativamente: V.Sa. tem consciência de que os próprios números que V.Sa. fornecia a nós e que a própria Fundação Nacional de Saúde, e certamente se V.Sa. tem conhecimento desses números, aponta que em 2005 houve um acréscimo da mortalidade infantil por desnutrição em Mato Grosso do Sul, durante a sua gestão?

O SR. GASPAS HICKMAN - Tem mais perguntas?

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Tenho.

Houve em vários apontamentos, em várias situações que o próprio relatório da Comissão Externa, e eu reporto a ela, apontou e inclusive encaminhou ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério Público Federal, ao Ministério Público Estadual, à própria FUNASA, ao Ministério da Saúde, ao Governo, ao Palácio do Planalto, através do Comitê Interministerial, que foi criado naquela época, que aponta que durante a sua gestão houve indícios fortes de irregularidades em vários convênios. Primeiro, o convênio dos veículos, de conserto de veículos, convênio de conserto de bombas de abastecimento de água em reservas indígenas, demolição. E foi uma denúncia inclusive de nossa autoria que foi feita uma demolição antes de processo licitatório de qualquer tipo de encaminhamento dentro da legalidade, uma demolição onde foi construída inclusive a CASAI, além de outras situações inclusive que foram denúncias de próprios servidores da Fundação Nacional de Saúde durante a sua passagem durante o período.

Após a sua renúncia, V.Sa. sabe muito bem que o próprio Governo Federal encaminhou para lá o segundo homem na hierarquia da FUNASA, o Sr. Lenildo Martins, um quadro importante inclusive da militância política aqui, no Distrito Federal, que era Diretor...

O SR. GASPAS HICKMAN - Executivo.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - ...Executivo da Fundação Nacional de Saúde. E logo depois encaminhou um servidor de carreira, o Sr. Pedro Paulo, que veio do Rio de Janeiro e que ficou lá numa intervenção que durou mais de 1 ano e meio. E que foram feitas também várias ações que efetivamente



melhoraram as condições de vida da população indígena, tanto no tocante ao abastecimento de água, quanto no tocante à habitação, construindo moradias, como a recomposição das equipes do Programa Saúde da Família e de toda a estrutura de saúde. Tanto é que V.Sa. aponta aí inclusive uma melhoria do quadro pessoal, seja um número bastante razoável de servidores, inclusive convênio com as próprias Prefeituras que até então não existiam. E o Deputado Vanderlei Macris precisava estar aqui, porque logicamente...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - O Deputado Vanderlei Macris deve ter conhecimento de que o Governo celebrou inclusive convênios com as Prefeituras onde tem população indígena para que as próprias Prefeituras pudessem contratar servidores para reforçar o Programa Saúde da Família Indígena e com isso ter as melhorias que inclusive nós temos hoje consciência de que houve.

Para finalizar, gostaria de perguntar a V.Sa.: hoje a questão da desnutrição, no seu entender, ainda é um caso grave lá no Mato Grosso do Sul, ou outras situações que hoje se fazem presentes, como o alcoolismo?

V.Sa. falou sobre a situação, a questão da violência, a questão da demarcação de terra, a questão da desagregação familiar em si. Não são essas as situações mais prementes?

Quando, em 2005, inclusive no próprio noticiário, V.Sa. disse que 16% das crianças indígenas de 1 a 5 anos estavam com desnutrição, quadro grave, e mais, me parece, 12% a 14% estavam no risco nutricional, ou seja, quase mil crianças das milhares de crianças que existem lá, no Mato Grosso do Sul, tinham desnutrição grave... E, além disso, outras quase mil tinham também problema de risco nutricional. Hoje superamos essa situação? O quadro é diferente do que, até então, havia em Mato Grosso do Sul? V.Sa. responde a algum processo na Polícia Federal? No Ministério Público Federal? No Ministério Público Estadual? Auditorias internas? Há pouco... Há aí acórdãos do Tribunal de Contas da União e da CGU onde apontam que havia indícios graves de irregularidades...

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Para concluir, Deputado.



O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - V.Sa. disse, há pouco, que algumas delas estão superadas. Mas existem outros processos em andamento do qual V.Sa. está respondendo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Com a palavra o Deputado Waldir Neves.

O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES - Pode responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Ficou ajustado que seria em bloco de 3.

O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES - Porque senão não vai nem ter...

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - V.Exa. é em seguida.

O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES - Não, tranqüilo. Eu não participei dessa decisão, mas tudo bem.

Sr. Gaspar Hickman, V.Exa. atribui que as denúncias, conforme V.Exa. implicitamente mencionou, feitas, na oportunidade, principalmente pelo Deputado Geraldo Resende, foram denúncias consistentes ou foram denúncias infundadas, levianas, apenas para desestabilizá-lo por questão de ingerência política?

Eu queria, Sr. Presidente, pedir ao Deputado Geraldo, que é autor...

Vou repetir a pergunta, porque o Deputado Geraldo estava ausente, e seria até deselegante.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Não, eu não estava ausente. Eu escutei já. Não precisa reprisar não.

O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES - Certo. Eu queria que...

A Comissão Externa da Câmara aponta um gasto excessivo com manutenção de cargos...

Enfim, Deputado Geraldo Resende, que foi o autor das denúncias contundentes na época, disse que esses gastos consumiram quase todo o orçamento da FUNASA, em 2004. Ele — segundo o Deputado —, Hickman, esquece de dizer que em fevereiro, em uma semana, foram gastos 195 mil — 195 mil! —, e a FUNASA só tem 100 carros, que são novos. Procede?

“Esses gastos consumiram quase a totalidade dos recursos da FUNASA, o ano passado”.

Muito bem.



“Segundo nota divulgada pelo CIMI em março de 2006, com o título “Saúde Indígena: uma realidade de abandono”, os principais fatores que levaram à situação de abandono das populações indígenas foi ‘o esvaziamento da política de saúde, que vinha sendo estruturada com a participação dos povos indígenas, entidades indigenistas e universidades, desde os anos 80 e que começava a se consolidar através da implantação do Sub-Sistema de Atenção a Saúde Indígena, iniciado em 1999. Este Sub-Sistema tem por base os Distritos Sanitários Especiais Indígenas’, e ‘os graves retrocessos, no processo iniciado para a consolidação do Sub-Sistema, começaram em 2004” — coincidentemente, foi quando V.Sa. assumiu — “com a publicação da Portaria de nº 70, assinada pelo presidente da Funasa. Esta portaria acabou com a pouca autonomia administrativa conquistada pelos distritos, passando toda a responsabilidade para as coordenações regionais do órgão. Foi também revogado o dispositivo que determinava que as indicações para as coordenações regionais e as chefias dos distritos, deveriam ser apenas de técnicos do Ministério da Saúde, dando início a um loteamento político sem precedentes na gestão da saúde no País. Cabe ressaltar que boa parte destas indicações políticas atende a interesses de grupos políticos, ficando demonstrado que as indicações a cargos de chefia da Funasa dependem ‘dos ventos da governabilidade conjuntural’.

V.Sa. concorda? Só reafirmando que foi justamente nesse período que houve a agudização, onde houve o fato que chamou toda a atenção. Havia um índice de mortalidade suportável, que é aceitável, vamos dizer assim, dentro das estatísticas. Nesse período em que houve uma transição, que V.Sa. assumiu e o Governo Federal também assumiu a FUNASA e mudou a metodologia. Inclusive, a Missão Caiuá se afastou nesse período porque não pôde atender a todos os requisitos. Então, ficou somente com a FUNASA a responsabilidade. E foi justamente nesse período que houve o aumento da mortalidade e também as denúncias gravíssimas, sobretudo feitas pelo Deputado Geraldo Resende, de desvio de finalidade, de recursos. E V.Exa., não suportando a pressão das denúncias, pediu afastamento do cargo.

Como é que são essas coincidências todas? Esses fatos todos são apenas coincidências ou o que há de veracidade em torno desses fatos?



Mais uma para finalizar. Quando a FUNASA faz convênio, realiza um convênio com uma ONG ou com qualquer outra instituição, quem que fiscaliza o funcionamento desses convênios internamente, pela FUNASA? Tem alguma comissão, algum departamento que fiscaliza se esses convênios estão sendo efetivamente cumpridos ou não pelas partes?

Bom, em princípio, são essas as perguntas. O resto de tempo eu faço no final, o que sobrou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Passo a palavra ao Deputado Antônio Carlos Biffi.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS BIFFI - Sr. Presidente, companheiro Gaspar, eu quero aqui fazer um relato, uma pergunta sobre tua filiação partidária — praxe — e também, aqui... Quem é que bancava politicamente a sua indicação na FUNASA?

É preciso fazer um registro aqui, nesta CPI, que a indicação do companheiro Gaspar foi feita através de uma assembléia dos próprios funcionários e não houve a participação de nenhum Deputado. *“Eu quero este, eu quero aquele”*. Foi indicação dos próprios funcionários, à época. Isso aconteceu com a FUNASA...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS BIFFI - Não, não. Não! Pelo contrário. Não! Legítimo! Mas eu quero dizer que nós...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS BIFFI - Não! Pelo contrário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Vamos à ordem. Tem um orador na tribuna.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS BIFFI - A indicação foi feita por uma assembléia dos próprios funcionários. Bom, não é crime, mas a gente vê a disputa que isso ocorreu e está ocorrendo. Aí, nós precisamos chegar à razão, à razão, e é onde eu quero aqui... Porque eu quero fazer uma ressalva ao seu comportamento. Quando muitos fazem a defesa — nós estamos vendo o Reitor da Universidade de Brasília, segurando com unhas e dentes o seu carguinho, escolhido —, V.Sa. não teve apego ao cargo. V.Sa. abriu mão, a partir do momento em que vieram essas denúncias, que muitas delas estão hoje mostrando que não tinham fundamento.



Agora, uma coisa é certa: nós tivemos problema no aumento da desnutrição infantil. Agora, não atribuído à má gestão de quem estava na Superintendência da FUNAI, aliás, na FUNASA, mas sim por uma política modificada. Aí, nós vamos ver, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, que há uma influência muito forte dessa Missão Caiuá, que não foi lá... Ela apareceu como a boazinha, ela fez todo um trabalho lá, em Dourados e até em Campo Grande. O Dr. Zelik... Mas nós estamos vendo, hoje, que foi jogado com a vida de centenas de crianças indígenas para criar essa situação grave que aconteceu lá. E não só lá não, foi em várias partes do Brasil, com a política de saúde, porque houve uma mudança da metodologia e tirado o controle de ONGs de situações para passar verdadeiramente para a FUNASA. Essa mudança de comportamento gerou o quê? Todo um problema. Permitiu-se que chegasse a essa situação grave que aí está para justificar as denúncias e, daí, inclusive demissões. E, aí, voltou tudo ao normal. Renovou-se os convênios, ampliou-se os convênios até para outros Estados e tal, e hoje a Missão Caiuá detém a mesma política de comando da... Está até falando em nome da FUNASA. Voltaram a assumir o controle como antigamente. Mas isso para dizer, companheiro Gaspar, que você adotou uma medida muito firme, que poucos têm coragem de adotar. Eu acompanhei o teu drama e sem poder fazer muita defesa. Acompanhei a comissão interministerial que desceu para lá, do Governo Federal; fui lá, acompanhei. Acompanhei, inclusive, ultimamente, a Comissão que o Pe. Couto presidia no ano passado, de Direitos Humanos. Acompanhamos todos esses momentos. Vimos, inclusive, que a FUNASA, em Mato Grosso do Sul, passou por você, depois vieram mais 2, e hoje estamos no 4º gestor. E quero acreditar, evidentemente, que melhoraram as condições. Quase se dobrou o número de funcionários na área. Os recursos federais destinados à FUNASA são outros. A política do Presidente Lula voltada para a área é outra bem diferente e hoje permite melhores condições de se trabalhar.

Eu quero dizer ao companheiro Geraldo, Deputado Federal, que espero que o que está lá hoje indicado por ele, que não é do quadro da FUNASA, não tenha a sorte que você teve. Eu trabalho para isso, inclusive. Sou colaborador, sou um Deputado que coloca emendas nesse setor e tenho uma atuação na área indígena muito forte. E notei na ex-Deputada Bela Barros, que foi Relatora da CPI estadual,



uma dosagem muito forte política e não, na verdade, buscar os fatos. Notei isso, inclusive, na audiência lá em Campo Grande, onde ela gratuitamente me desferiu ataques que não quero nem estar retomando. Mas fatos que o senhor está mostrando agora aí, que o próprio tribunal está voltando... “*Quero indícios, quero provas de que houve superfaturamento*”. Nós sabemos que a frota da FUNASA, na época, era uma frota extremamente sucateada. Hoje, não. Hoje, ela está recebendo carros e tal. Mas, na época, a FUNASA tinha uma frota extremamente sucateada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS BIFFI - Então, eu quero deixar aqui...
(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS BIFFI - Eu falo com conhecimento de causa.

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS BIFFI - Não, hoje. A frota que tinha ali...

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Senhores, o nobre depoente, daqui a pouco, vai esclarecer.

Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS BIFFI - E não só a frota, Deputado Waldir, mas dívidas do ano anterior, da gestão anterior, que tiveram de ser pagas na época, inclusive, com fornecedores, oficinas e assim por diante, que deixaram de ser pagas.

Então, eu espero que Flávio Britto tenha melhor sorte do que a administração anterior. E quero encerrar dizendo a você, que é um companheiro de... Aliás, você é um funcionário de carreira da FUNASA. Com certeza, todo funcionário... E eu sou funcionário aposentado; sei o quanto ele zela e preza pela repartição em que ele trabalha; e sei o quanto você sofreu nesse período que você ficou à frente de uma mudança de gestão, de brigas internas com a Missão Caiuá, que permitiu inclusive o agravamento da situação indígena, para provar que eles tinham de voltar porque eram fundamentais nesse processo, como voltaram e hoje está tudo bem.

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)



O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS BIFFI - Sim! Esse fato foi amplamente divulgado lá dentro e contou, inclusive, com o beneplácito de alguns setores, dos próprios funcionários da FUNASA, nesse sentido.

Então, parabenizá-lo pela sua intervenção.

Sr. Presidente, eram essas as minhas colocações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Passo a palavra ao Dr. Gaspar Hickman, para responder aos questionamentos dos Deputados Geraldo Resende, Waldir Neves e Antônio Carlos Biffi.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Sr. Presidente, para uma questão de ordem. Eu poderia fazer 1 pergunta para ele, só...

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Com a palavra o Deputado Dagoberto.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Eu queria perguntar: Gaspar, a preocupação nossa, e nós estivemos lá, foi principalmente com essa missão. Eu achei os números que se passam para ela... Diz que só no ano passado passaram 11 milhões de reais para ela cuidar da saúde indígena. E me preocupou muito. Eu acho que é um volume de dinheiro monstruoso para ainda estar morrendo índio. E eu não sei quanto foi para os outros anos.

Eu queria a sua opinião em relação a essa missão, mas uma opinião sincera para nós, porque nós apurando aqui, na realidade, não é a questão política que estou vendo; nós estamos apurando por que está morrendo criança indígena lá. E se essa missão tiver alguma coisa com isso, que se tenha muita clareza para poder tratar disso, para nós podermos ter alguma chance de poder ajudar essas crianças indígenas.

Esse é o meu questionamento. Queria que você falasse com muita franqueza se ela ajuda, ou atrapalha, ou se está tendo algum acerto nessa situação, com essa missão, porque é um volume de dinheiro muito grande.

O SR. GASPAS HICKMAN - Posso responder, Sr. Presidente? Bom, primeiramente, com relação aos questionamentos do Deputado Geraldo Resende, importa retroceder um pouquinho para esclarecer que, com relação à desnutrição em área indígena propriamente dita, até 2002 não havia sequer índices para saber



se era alto ou se era baixo. Sabia-se que havia muita mortalidade, em decorrência da desnutrição. Então, em 2002, foi feito um primeiro diagnóstico, em Mato Grosso do Sul, para, a partir desse diagnóstico, começar a elaborar políticas capazes de enfrentar essa situação. Em 2002 — eu tenho aqui alguns dados —, a FUNASA acompanhou 985... Aliás, 5.344 crianças com idade até 5 anos. Dessas 5 mil crianças, 985 estavam em estado nutricional... de desnutridas, desnutrição grave.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - *(Fora do microfone.)* Novecentos e...

O SR. GASPAS HICKMAN - Novecentos e oitenta e cinco. Em 2003...

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - *(Fora do microfone.)* E de risco nutricional?

O SR. GASPAS HICKMAN - De risco nutricional, 1.077.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - *(Fora do microfone.)* Esse risco nutricional é um quadro de desnutrição leve...

O SR. GASPAS HICKMAN - Moderado. Exato. No ano seguinte, então 2002, deixa só eu ver quantas pessoas foram acompanhadas. *(pausa)* Eu não tenho... Desculpa. Esse dado que eu dei foi só dos caiuás. Vou pegar o número total. Em toda a coordenação regional, em 2002, foram acompanhadas 7.103 crianças com idade até 5 anos. Dessas, 1.030 estavam em, digamos, estado de desnutrição grave, nutricional grave, o que correspondia a 15%. Nesse ano foi feito apenas o diagnóstico. No ano seguinte, em 2003, quando começou a trabalhar diretamente nisso, foram acompanhadas 7.899 crianças. Dessas, 1.208, ou seja 17%, estavam com desnutrição grave. Havia ainda 1.292 crianças com desnutrição moderada. Em 2003, havia 1.161 crianças com desnutrição grave; 1.292 com desnutrição moderada. Em 2004, 991 com desnutrição grave — 12%. Então, nós tivemos no primeiro ano, em 2002, quando foi feito o levantamento, 15% de desnutrição grave. Em 2003, mantiveram-se os 15%. Em 2004, caiu para 12. Como o Deputado colocou, esse número vem caindo. Com certeza, hoje deve estar bem inferior a isso, com tudo o que se fez nesse período de 2005 para cá. Da mesma forma também, as crianças em risco nutricional caíram de 17%, em 2002, para 16 em 2003, e 15 em 2004. Então, houve uma migração das crianças que estavam com desnutrição grave para desnutrição moderada. Para que se tenha uma idéia também da distribuição,



das diferenças entre as etnias disso, nós tínhamos, em 2003/2004, na região de Amambai, 26% das crianças com desnutrição grave; apenas ali em Amambai; Antônio João, 21%, em 2003; Tacuru, 21%; Paranhos, 15; Iguatemi, 15; Caarapó 15; e Dourados, 14. Desnutrição grave. Isso em 2003. Em 2004, o que era 26% caiu para 19%. Houve uma evolução significativa, que vem se mantendo até hoje. Eu posso deixar esses dados, se houver interesse da Comissão. Com relação às denúncias que o Deputado colocou, tem um processo que o Deputado se referiu, sobre conserto de bombas, aquelas bombas submersas de poços artesianos, que houve uma... que estavam entre as denúncias de que havia tido um superfaturamento. Houve um processo disciplinar, instaurado pela Presidência da FUNASA, onde ficou constatado que era infundado, que não havia fundamento nessa denúncia. Também com relação aos veículos, houve um processo disciplinar, instaurado pela Presidência da FUNASA aqui em Brasília, onde ela ouviu, inclusive, todas as empresas que participaram do processo licitatório, inclusive aquelas que perderam a licitação. E a comissão concluiu que não houve qualquer irregularidade nesse processo. Aconteceram alguns erros formais, mas, do ponto de vista material, não aconteceu qualquer irregularidade. Houve dificuldades por parte dos servidores. Nós temos na FUNASA uma instituição que, desde 1985, não realiza um concurso público. Então os servidores que a gente tem, muitas vezes, do ponto de vista intelectual, até não estão muito preparados para desenvolver tudo o que precisa. Então, houve algumas dificuldades na execução desse contrato por conta dessas dificuldades que esses servidores apresentaram. Mas não ficou constatada, sequer apontada, qualquer comprovação no sentido daqueles indícios que foram apontados. Isso do ponto de vista do processo disciplinar administrativo. E essas denúncias, é importante que se esclareça, tem um processo desses que, ainda no final da minha gestão, quando apareceram as denúncias na imprensa — eu tomei conhecimento através da imprensa —, imediatamente solicitei vistas a todos os processos. E um processo daqueles, exatamente esse das bombas, o volume onde estavam as notas fiscais, tudo sumiu de dentro da Coordenação Regional. Aí o senhor talvez possa nos explicar como que esse processo foi parar na sua mão. Porque até hoje esse processo não apareceu mais dentro da FUNASA.



O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Não tem processo nenhum na minha mão.

O SR. GASPAS HICKMAN - Não. Esse processo foi visto na sua mão, mostrando para a imprensa. O senhor mostrou esse processo na imprensa no programa *Bom Dia MS*. Inclusive, eu, na época, ainda como coordenador, mandei um ofício para a Polícia Federal, solicitando que a Polícia Federal...

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - É o dossiê da Dilma esse aí.

O SR. GASPAS HICKMAN - ...nos informasse, tomasse providências no sentido de que isso fosse apurado, porque esse processo sumiu. Pelo que a gente sabe informalmente, teve um servidor lá dentro que, à época, tinha perdido a chefia e montou todo esse processo para entregar, para fazer com que chegasse nas suas mãos. Isso de forma informal. Então, não estou de forma alguma... veja, Deputado, não estou de forma alguma, pelo amor de Deus, não estou lhe acusando que o senhor foi lá pegar esse processo, estou dizendo que alguém, algum servidor lá dentro tirou esse processo de lá, montou esse processo, para chegar às suas mãos. De forma alguma, pelo amor de Deus, não quero acusar que o senhor de alguma forma cometeu algum ilícito. Pelo amor de Deus, não é isso. Estou querendo dizer o seguinte: muitas dessas coisas que apareceram não foram dessa forma. Esse processo até agora a Polícia Federal não conseguiu... Foi instaurada também uma sindicância interna, que não chegou ao autor disso. E a Polícia Federal até hoje não me deu retorno disso. Sei que a Polícia Federal já ouviu vários servidores lá dentro, inclusive eu fui prestar meu depoimento lá em 2006, 2005, não me recordo. Então, algumas denúncias às vezes, Deputado, surgiram dessa forma, que pessoas fizeram chegar ao senhor com o objetivo de causar uma situação constrangedora para a gente. Então, embora eu reconheça que aparentemente há... havia esses indícios de irregularidade, todavia, quando se apurou a quantidade de material, isso não se confirmou. Inclusive, com relação ao sobrepreço de peças, no próprio relatório, o auditor do Tribunal de Contas fez uma checagem, uma análise em 4 empresas, embora não tivesse o preço da época, mas fez uma comparação com o preço do momento, e o próprio auditor foi obrigado a reconhecer que ele errou, porque ele afirmou que havia sobrepreço; no entanto, quando foi determinado que ele quantificasse esse valor, não se confirmou isso. Então, eu, assim, com toda a



sinceridade, sem qualquer mágoa, eu reconheço que, com certeza, na minha gestão, como a de qualquer outro, vão acontecer irregularidades. E quem é o coordenador geral, quem é o gestor, muitas vezes, sequer tem conhecimento disso. Apenas depois, quando vem uma auditoria, vem alguém que vai olhar especificamente aquela situação e realmente vai poder constatar isso.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Sr. Presidente, eu gostaria de poder fazer alguns... porque fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Ao final.

O SR. GASPAS HICKMAN - Mais uma vez, Deputado, eu queria reiterar: de forma alguma.. me desculpe se lhe causei um constrangimento. Não foi essa a minha... De forma alguma estou afirmando...

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Ao contrário, V.Sa. está aqui para defender a sua gestão. Uma gestão que foi noticiada internacionalmente como desastrosa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Deputado Geraldo Resende, Deputado Geraldo Resende, a palavra está com o depoente. Ao final V.Exa. terá a palavra.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Depois o Presidente deverá me dar um espaço de tempo, para eu fazer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Ao final.

O SR. GASPAS HICKMAN - Bom, é que o senhor me perguntou se eu respondi a algum processo. O que eu posso falar é que tem esse processo na Polícia Federal que não é um processo contra mim, é um processo que está apurando o sumiço de um dos volumes desse processo que foi objeto de denúncia. Respondi a um processo disciplinar, onde constavam todas aquelas denúncias que o senhor...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. GASPAS HICKMAN - Respondi a um processo disciplinar que apurou todas aquelas denúncias que o senhor fez. Ao final do processo, praticamente todas aquelas denúncias foram consideradas improcedentes. No entanto, essa mesma comissão concluiu que aconteceram irregularidades. Eu, inclusive, acabei sofrendo uma penalidade de advertência, por ter consentido, autorizado a doação de peças



velhas para o grêmio dos servidores da FUNASA. Foi um ato falho realmente que eu cometi. Com relação à demolição da CASAI, é um processo também que eu inclusive respondi para o Tribunal de Contas, assumi o meu erro, que eu autorizei o pessoal de uma igreja... Como a gente ia demolir o prédio, eu autorizei o pessoal de uma igreja — e eu não sou ligado a nenhuma igreja —, autorizei que eles retirassem o material que a gente não ia aproveitar. E, do ponto de vista administrativo, isso é ilegal. Eu cometi realmente essa falha e tenho que responder por isso. Com relação à demolição ainda, havia uma questão...

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BIFFI - Mas, perante Deus, V.Sa. está inocentado.

O SR. GASPAS HICKMAN - Do ponto de vista moral, eu me considero... Ainda com relação à CASAI, há uma outra irregularidade com relação à existência de um termo de autorização para demolição. Nós recebemos aquela área, nós pedimos aquela área para a Secretaria de Patrimônio da União, para a construção da CASAI. E ela nos foi concedida. No entanto, ninguém se atentou que não havia sido expedido um termo formal de autorização. Então, é uma falha também do ponto de vista formal. Com relação à questão da desnutrição hoje, que o senhor falou, se ela hoje é grave, eu, com toda a sinceridade, não posso falar nem que é nem que não é, porque eu não conheço os números atuais. Acredito eu, em razão desses anos todos e pela vivência que eu tenho como servidor, que ela esteja significativamente inferior ao que era na minha gestão. Que muita coisa realmente foi feito, muita coisa realmente foi feita em 2005 para cá. *(Pausa.)* Se tem um processo, eu respondi. Ao que me consta, eu respondi todas. Tem alguma que eu não respondi, Deputado?

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Eu gostaria, quando o Presidente me der a palavra, eu gostaria de fazer algumas...

O SR. GASPAS HICKMAN - Dos questionamentos que o senhor me fez, eu respondi todos, que eu pude anotar?

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Não.

O SR. GASPAS HICKMAN - Com relação ao Deputado Waldir Neves, se as denúncias do Parlamentar, Deputado Geraldo Resende, eram consistentes ou



infundadas. Eu creio que nem uma coisa nem outra, Deputado. Algumas tinham alguma consistência, outras não.

O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES - Então, houve um pouquinho de corrupção.

O SR. GASPAR HICKMAN - Não, isso não. As denúncias de irregularidades... Eu acabei de falar aqui: se confirmaram realmente irregularidades formais, mas nenhuma material. Não foi confirmada nem constatada nenhuma irregularidade que apontasse desvio de recursos. Isso, de forma alguma. Nenhuma irregularidade no sentido de que houve corrupção ou qualquer coisa nesse sentido. Nesse sentido, sim, é inconsistente. Agora, que aconteceram irregularidades formais, isso aconteceu. E, com certeza, se a gente for olhar em qualquer gestão, ainda tem também. Com relação a terem sido pagos 195 mil reais em uma semana, é preciso esclarecer o seguinte. Eu tenho aqui, inclusive, Deputado, uma relação dos veículos que nós tínhamos na Saúde Indígena no ano de 2004. A maioria deles era ano 1991. Eram carros, alguns 2003 já — acho que uns 7 ou 8 —, outros 1999, 95, 93, 2000. Então, isso não justifica os 195 mil. O que acontece é que geralmente no início do ano ou no final do ano tem a questão orçamentária, que você não tem orçamento para pagar as despesas que foram contraídas, e aí se concentram muitas vezes várias notas até chegar a dotação orçamentária para efetuar os pagamentos. Além disso, essa empresa que fazia a manutenção dos veículos não fazia a manutenção só dos veículos. Se eu não me engano, uma das coisas que teve um volume bastante grande não foi com relação aos veículos. Embora seja a mesma empresa, o mesmo CNPJ, mas ela fazia a manutenção também, o conserto de um maquinário de perfuração de poços, que era um maquinário caro. Então, esses 195 mil reais eu acredito que não foram só para veículos, mas foram para uma única empresa, mas de vários contratos. Salvo engano, ela tinha 4 contratos com a FUNASA: de veículos, de equipamentos de perfuração de poços. E geralmente em começo de ano a gente não tem orçamento, aí vai segurando tudo e, quando chega o orçamento, paga tudo de uma vez. Então, por isso que às vezes acontece de ter um pagamento significativo desse num curto espaço de tempo.

O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES - Então, os carros não eram novos?

O SR. GASPAR HICKMAN - Os carros, não!



O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES - Se alguém falou que eram novos, não conhecia?

O SR. GASPAS HICKMAN - Provavelmente não conhecia a frota inteira.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Mas tinha carros novos?

O SR. GASPAS HICKMAN - Tinha, tinha carro 2003 aqui. Aqui, inclusive, na relação, posso até contar. Tinha — 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 — 11 carros ano 2003.

O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES - No total, quantos eram? Tinha uns 100 carros. Quantos carros tinha?

O SR. GASPAS HICKMAN - Olha, eu acho que nós tínhamos cento e... Eu não tenho o quantitativo aqui... Cento e dezesseis. Inclusive, eu tenho uma planilha aqui que mostra o custo/benefício por quilômetro rodado. Com relação...

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS BIFFI - Dez por cento novos.

O SR. GASPAS HICKMAN - Só esclarecendo mais uma vez, reiterando, Deputado, que esses 195 mil provavelmente não são só sobre esses carros. Tem a questão dos outros contratos que havia também. Com relação ao CIMI, de esvaziamento da Saúde Indígena em 2004, em decorrência a partir da portaria que o senhor citou, é importante abrir um parêntese aqui para esclarecer um fato que há muito tempo, principalmente as ONGs... E aí eu acho que muitos Deputados sabem que as ONGs estão presentes muito nas áreas indígenas e elas têm muitos interesses que eu não posso... não conheço. Mas existe um interesse muito grande de ONGs, inclusive internacionais, na questão indígena. Há inclusive até hoje uma vontade muito grande de algumas ONGs — e aí eu incluo alguns profissionais de saúde que trabalham contratados por essas ONGs — de que inclusive os Distritos Sanitários, que são órgãos internos da FUNASA, tenham autonomia financeira. Por quê? Para que esses órgãos, para que os Distritos Sanitários possam fazer um contrato direto com as ONGs. E não estou falando da Missão Caiuá, estou falando de um modo geral. Sempre existiu isso. Quando a Presidência da FUNASA inverteu esse modelo de gestão, houve um choque, não com a Missão Caiuá, mas com todas as ONGs que atuavam na época, porque isso tirou dela muita autonomia que ela tinha. Então, não só em Mato Grosso do Sul, mas no Brasil inteiro, aconteceram conflitos, boicotes de pessoas que não queriam que esse novo modelo de gestão



funcionasse. Eu não posso... Eu não tenho conhecimento de causa para falar exatamente quais são os interesses que estão por trás disso, mas que existe um interesse muito grande — falando de forma generalizada — de ONGs de ter uma autonomia na gestão da saúde indígena sem que haja tanta interferência governamental, isso existe. Isso é uma coisa assim que ficou muita clara durante esse período em que fui Coordenador Regional. Com relação ao CIMI, eu não conheço o relatório dele, mas às vezes a gente tem algumas dificuldades com o próprio CIMI porque a gente... A FUNASA, por exemplo. Ela tem dificuldade em atuar em área que está em litígio. E a gente muitas vezes se choca com os interesses, por exemplo, do CIMI, de outras instituições, que acabam até muitas vezes estimulando a invasão de... Invasão, não, mas tentar... Invasão mesmo de áreas. Como é o caso, por exemplo, lá de... acho que de Paranhos, que até tem aqui uma notícia de que aquela área lá estaria sem água há 5 anos. E essa é uma questão muito importante, porque nós temos algumas áreas que são áreas em litígio onde o Poder Público não pode aplicar recursos. Na medida em que o Poder Público começa a aplicar recursos nessas áreas, na verdade ele está incentivando para que novas e novas invasões ocorram, sem que se resolva o problema de uma forma definitiva, de uma forma legal. Então, essa questão, por exemplo, da falta de água que existia na época, apesar de todos os investimentos que foram feitos de 2005 para cá, ainda continua existindo. E é uma situação que é difícil de resolver. Não sou eu, não é o Flávio, não é... Não importa quem é o Coordenador. É difícil resolver isso de uma forma rápida. Por quê? Na área indígena, os indígenas não precisam pagar pela água, então acontece um desperdício muito grande, provavelmente porque a pessoa não tem que pagar. Então, muitas vezes você vai à aldeia e você encontra torneira com água correndo. A pessoa não precisa pagar: não paga água, não paga luz. A FUNASA, pelo que eu sei, gasta atualmente em Mato Grosso do Sul cerca de 1 a 1 milhão e 200 só com energia elétrica para manter os reservatórios de água funcionando dentro das aldeias. Então, essa questão da água acaba tendo uma interferência também na questão da desnutrição. Mas eu acredito que, com os investimentos que já foram feitos de 2005 para cá, isso já está bastante amenizado. Ainda, nós sempre vamos estar tendo esse tipo de problema. Com relação à fiscalização dos convênios, a fiscalização do convênio com a Missão Caiuá é feita



pela Presidência. A prestação de contas é feita pela Presidência e, pelo que eu saiba — na época em que eu estava inclusive —, aconteceram auditorias da própria FUNASA e também da CGU com relação ao convênio da Missão. Com relação ao que o Deputado Biffi colocou, eu sou funcionário do quadro, continuo trabalhando na FUNASA, não faço... não movo uma vírgula no sentido de fazer oposição, desde que eu saí, a quem quer que seja. Desejo toda sorte ao Flávio e aos outros que me antecederam. Não faço questão de que ele vá mal porque acho que, se ele for mal, todos nós, servidores da FUNASA, vamos mal. Então, estou lá, continuo sendo funcionário do quadro, estou lá para colaborar. Aquilo que eu puder — não importa se é o Flávio, quem quer que seja, quem que indicou ele —, continuo lá para fazer o meu trabalho. E desejo toda a sorte para ele. Ainda com relação ao que o Deputado Dagoberto colocou, com relação à Missão, no período em que eu fui Coordenador, salvo engano, o último convênio era na faixa de 7 milhões de reais. Após isso... Sei que agora está na faixa de 11, 12 milhões/ano. Fora isso... Na minha época, em que eu era Coordenador Regional, a Secretária de Assistência à Saúde passava um recurso que na época era de 133 mil reais por mês para hospitais e Prefeituras que atendiam também a saúde indígena. Pelo que eu sei superficialmente, hoje esses 133 mil reais passaram para em torno de 1 milhão de reais. Então, fora esse recurso que vai para a Missão Caiuá, tem ainda o recurso que vai para as Prefeituras, que não é um recurso do orçamento da FUNASA, que é um recurso que sai direto do orçamento do Ministério da Saúde, através da Secretaria de Assistência em Saúde, que é a SAS, que repassa recursos diretamente para hospitais e para Prefeituras Municipais atuarem também na área indígena. Além disso, tem ainda o orçamento próprio da FUNASA, que ela investe na aquisição de medicamentos, enfim, nos insumos todos que são necessários. Esse recurso que vai para a Missão Caiuá, pelo que eu sei, é para pagar os profissionais que são contratados, é para pagar diária para esses servidores, esses funcionários quando eles viajam, e algumas coisinhas pequenas assim. Parece que um assessor jurídico foi contratado, e alguns profissionais a mais foram contratados. Eu não tenho como lhes falar o número exato, sei que, com relação aos recursos, têm pelo menos essas 3 fontes de recursos que mantêm a saúde indígena. Então, infelizmente, não tenho como falar para o senhor, além do que eu já falei, o que move a Missão Caiuá. Ela tem a



missão dela também. Eu, particularmente, não conheço nenhuma situação de irregularidade da Missão, presenciei ou participei...

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Sr. Presidente, posso interromper um segundo, porque não ficou claro para mim?

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Com a palavra o Deputado Dagoberto. Sejam breves, nós temos mais um orador inscrito, porque já estamos na Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Sr. Presidente, eu gostaria de ter um espaço para fazer uma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - A palavra será concedida, segundo o art. 14.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Você me falou que, no seu período, passava 133 mil reais para hospitais. Quantos hospitais recebem isso? É importante isso, Relator.

O SR. GASPAS HICKMAN - Eu não tenho aqui. Mas na época esses recursos eram...

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - E agora passa 1 milhão de reais a cada hospital desses?

O SR. GASPAS HICKMAN - Em torno de 1 milhão. Quando, ao final do...

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Quer dizer, além dos 11 milhões que vão para a Missão Caiuá, há mais esse dinheiro ainda?

O SR. GASPAS HICKMAN - Esse dinheiro. Tem o orçamento da FUNASA, que vai para as coordenações regionais...

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - É um absurdo isso, Sr. Presidente.

O SR. GASPAS HICKMAN - Então, eu não sei quanto que a ...

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Então, responde com clareza para mim essa questão da Missão: você acha que esse dinheiro investido para ela, a FUNASA está fazendo um bom negócio ou nós estamos jogando dinheiro fora, o Poder Público?

O SR. GASPAS HICKMAN - Olha, Deputado, acho que, inclusive, esta Comissão, tendo interesse, pode tratar de um ponto crucial para a saúde indígena. Hoje, 95% da força de trabalho da saúde indígena está contratada pelas ONGs.



Então, há que se fazer, inclusive, uma opção. O Poder Público tem que fazer uma opção: ou vai terceirizar toda a saúde indígena ou vai fazer concurso público. A FUNASA não faz concurso desde 1985. Então, ela não tem profissionais e tem que terceirizar tudo, tem que contratar de outra forma. Acho que esse, inclusive, é um ponto fundamental para se discutir: que tipo de política pública o Governo vai adotar para enfrentar a questão da saúde indígena? Vai terceirizar? Vai ficar na FUNASA? Ou vai passar para a FUNAI? Enfim, eu acredito que o recurso que é repassado para a Missão... Como eu disse, não conheço nenhuma situação em que ela tenha — sequer indícios — utilizado para outras finalidades. Eu entendo que é uma contratação precária, porque é um convênio anual, e a cada ano ou se renova esse convênio — pode-se renovar no máximo por mais 1 ano — ou se faz um novo convênio. Então, é uma situação que vem se arrastando aí desde, acho, 2000 ou 2001. E a cada ano tem que se fazer um novo convênio, enfim, e nunca se tem uma política definitiva para isso. Acho que essa é uma questão crucial para se definir, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Com a palavra o Relator, Deputado Vicentinho Alves.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Sr. Presidente, com muita objetividade, quero desenvolver aqui mais 2 perguntas: a primeira, se há salários atrasados por parte de prestadores de serviços a algumas dessas ONGs. Porque chegou a Campo Grande a informação, por parte da imprensa, que tinham vários funcionários, prestadores de serviços, com salários atrasados. Se V.Sa. tem conhecimento. A outra — isso também nos deixa um pouco confusos — tem relação ao custo operacional dessas ONGs, custo zero. Quer dizer, as ONGs fazem esses convênios mais pela caridade? No regime capitalista, acho que não. Então, se V.Sa. tem conhecimento de qual é o custo desses convênios, que essas ONGs têm. Ou é custo zero mesmo?

O SR. GASPAS HICKMAN - Posso começar pela última? Com relação ao custo, eu não tenho como precisar. O que eu posso assegurar é que um dos motivos pelos quais a FUNASA fez a opção pela Missão Caiuá é que ela é uma entidade filantrópica e, então, o custo trabalhista é reduzido, em razão do INSS, porque ela é



isenta de contribuição do INSS. Do ponto de vista... o custo dela é zero. Pelo menos na planilha de custos é zero. Ela não tem remuneração por conta disso.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - E ela sobrevive do quê?

O SR. GASPAS HICKMAN - Na verdade, a Missão Caiuá e as ONGs são apenas intermediárias. Elas apenas possibilitam que a FUNASA possa ter recursos humanos sem fazer concurso público e ter esses profissionais disponíveis pagando um bom salário, um salário de mercado. Então, a FUNASA não tem como contratar diretamente esses profissionais, ela precisa que alguém contrate. Ela não paga taxa de administração para a Missão Caiuá, ela paga o salário de todos os funcionários que a Missão tem para atuar no convênio, inclusive o administrador, que é o Demétrios. Não sei qual é o salário, mas sei que o salário dele, do administrador, e de todos os funcionários que fazem a parte administrativa do convênio estão inclusos nesse convênio.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Inclusive as despesas de água e luz da entidade? Está tudo colocado nesse convênio?

O SR. GASPAS HICKMAN - Tudo. Sim, inclusive o assessor jurídico deles.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - E ela presta serviços só para a FUNASA?

O SR. GASPAS HICKMAN - Nesse sentido, com esses recursos, sim. Ela tem suas outras missões, que não fazem parte desse convênio, outras ações, outras atividades que ela desenvolve. Por exemplo, lá em Dourados, ela tem um hospital. Ela participa de um hospital... O Deputado Geraldo pode me ajudar a lembrar. Fora o Centrinho, aquele hospital que tem lá ao lado... Hospital da Missão?

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - É o hospital Porta da Esperança, que atende a população indígena, ao lado do Centrinho. Para quem foi lá, é aquele hospital.

O SR. GASPAS HICKMAN - Então, ela tem esse hospital. Acho que ela tem um hospital também em...

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - E esse hospital também recebe dinheiro da FUNASA?

O SR. GASPAS HICKMAN - Ele recebe da SAS, Secretaria de Assistência.



O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - É uma superintendência do Ministério da Saúde.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Quer dizer que ele recebe dos 2 lados?

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Não.

O SR. GASPAS HICKMAN - Não, o hospital não recebe. Se não me engano, ele tem...

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Não, a entidade. Quem mantém esse hospital? Desculpe, Presidente, mas...

O SR. GASPAS HICKMAN - A entidade. Mas não com recursos do convênio, que eu saiba.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Ela tem um outro recurso para atender isso?

O SR. GASPAS HICKMAN - Um outro recurso dela...

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Quer dizer, fora os 11 milhões, então, ela tem mais dinheiro fora disso?

O SR. GASPAS HICKMAN - Sim, tem o dinheiro dela, que não é da FUNASA.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Não sei onde ela gasta esses 11 milhões.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Dagoberto, ela recebe recursos do SUS pela produção que ela faz. E o recurso do SUS é um recurso ilimitado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Deputados, vamos voltar à ordem aqui. Vocês estão confundindo a taquigrafia. Vamos colocar ordem. Deputado Dagoberto, V.Exa. tem mais algum questionamento a fazer?

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Eu só queria que ficasse mais claro isso. Porque, lá no fundo, o que está pegando para nós? E é importante o esclarecimento disso. Quer dizer, a FUNASA terceiriza a questão da saúde indígena, como se ela não tivesse nada a ver. Isso é o que está claro para nós. Ela apenas é um repassador de dinheiro.

O SR. GASPAS HICKMAN - Do ponto de vista dos recursos humanos.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Quem toca é a Missão Caiuá. É ela que é responsável por isso. Isso é o que está claro para nós. Não sei se estou falando alguma besteira aqui. Ela tem essa responsabilidade e ganha para fazer isso.



O SR. GASPAS HICKMAN - Exato.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Se ela ganha para fazer isso, eu quero saber — e quero uma resposta clara — é se o dinheiro que está sendo pago para ela é valor real do que ela está cumprindo? Porque agora você está me falando que ela ganha dinheiro para manter um hospital que é indígena também, que está ali e que eu já achei que estivesse. Porque eu comecei a fazer conta de onde ela gasta esses 11 milhões. Onde gasta esses 11 milhões? Quer dizer, aí eu já imaginava um hospital e um monte de coisas. Só que esse hospital também recebe de outra, e os outros hospitais particulares também recebem mais 1 milhão. Onde está ela gastando esses 11 milhões? Eu não consigo entender isso!? E morrendo crianças...

O SR. GASPAS HICKMAN - Deputado, o que eu posso falar para o senhor... eu não posso falar dos 11 milhões, porque isso é de agora. Posso falar do tempo em que eu era coordenador, porque eu sabia que era em torno de 7 milhões...

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Então, por que na sua época eram 4 milhões e meio?... Era isso?

O SR. GASPAS HICKMAN - Eram 7 milhões.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Sete milhões. Por que agora são 11?

O SR. GASPAS HICKMAN - Eu não sei, Deputado. O que eu posso falar para o senhor é o seguinte: foram contratados... esses recursos, que na época eram 7 milhões, eram exclusivamente para contratação de recursos humanos. As demais ações eram licitadas pela FUNASA. Antes, até 2004, não eram só recursos humanos, era tudo; era para arrumar veículo, para abastecer, para trocar pneu, enfim, comprar medicamento...

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Isso antes?

O SR. GASPAS HICKMAN - Antes. E 2004 se rompeu com isso. Ficou acertado que seria apenas para contratar recursos humanos, o resto a FUNASA executaria de forma direta. E aí nós voltamos...

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - E mesmo assim passou para 11 milhões.

O SR. GASPAS HICKMAN - Aí, de lá para cá, eu não posso falar para o senhor como está hoje...

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Eu não consigo entender isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Ele não é superintendente mais. Ele não tem como responder.

Com a palavra o Deputado Osmar Júnior.

O SR. GASPAS HICKMAN - Só faltou uma questão... só faltou uma resposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Na seqüência, ao final.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Eu entendo que depois da fala dele eu deveria, pelo menos, ter o direito de poder responder algumas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Na seqüência à manifestação do Deputado Osmar Terra o senhor termina de responder na seqüência e, ao final, o senhor responde aos Deputado Dagoberto e Osmar Terra. Depois do Osmar Terra, darei a palavra, pelo art. 14, ao Deputado Geraldo Resende. *(Pausa.)*

V.Exa. não foi citado?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO OSMAR JÚNIOR - Sr. Presidente, só lembrando: Osmar Júnior. Terra é do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Osmar Terra é nosso companheiro do PMDB, Secretário de Saúde do Rio Grande do Sul.

O SR. DEPUTADO OSMAR JÚNIOR - Do PMDB. Grande amigo nosso também.

Mas eu queria, Sr. Presidente, Sr. Relator e Sr. Gaspar Hickman lembrar, para nós da CPI, um pouco do roteiro que foi aprovado para este trabalho. E ele estabelecia, digamos assim, algumas metas que precisariam ser atingidas de informações ao longo do trabalho na CPI. A primeira delas, a que eu destaco hoje, é o levantamento da taxa de mortalidade infantil indígena, da criança indígena. O segundo, dentro desse, é que nós deveríamos identificar as fontes que informavam essa mortalidade, exatamente para ter um grau de segurança acerca das informações. Eu relembro isso porque na abertura, na sua palavra inicial, o Sr. Gaspar afirmou que, a partir de 2003, se entendi bem, com a criação de um centro, que chamou de Centrinho, que reuniu, digamos assim, num só lugar, num só ambiente, indígenas de diversas tribos, a partir daquele momento é que se passou, de fato, ou passou a aparecer esse grau da mortalidade infantil. Até então, ela



existia, mas dispersa — isso pelo que eu entendi. Era dispersa e, portanto, não chamava a atenção. Quando reuniu ficou visível. E, a partir dessa visibilidade, é que se passou, digamos assim, a ter um grau de preocupação e, posteriormente, uma ação mais dirigida do Governo. Eu chamo a atenção para isso para que nós, ao final desse trabalho, possamos orientar no sentido de que haja um grau de eficiência maior na identificação não só do número, mas das causas. Isso, com certeza, vai instrumentalizar o Governo para a ação no que diz respeito à população indígena.

Portanto, faço a primeira pergunta, que é se, de fato, V.Sa. afirmou que a criação desse centro tornou visível um problema que já existia, mas não era identificado.

A segunda. Eu concordo com o Deputado Dagoberto em que, observando a ação da FUNASA — e, infelizmente, não apenas da FUNASA, mas são muitos os setores no Brasil, situação essa que, na minha opinião foi agravada, sobretudo, nos últimos 10 anos, 15 anos —, no caso específico da saúde indígena, a FUNASA termina sendo um mero repassador de recursos. E esse trabalho das organizações não-governamentais, na minha opinião, inclusive está em debate hoje, ele termina tendo, esse trabalho, digamos assim, os objetivos distorcidos, porque elas deixam de ser organizações não-governamentais para serem extensão do Poder Público. Então, esse é um problema concreto que nós temos hoje.

Exatamente por isso, Sr. Relator, eu coloco como um dos elementos importantes para nós analisarmos e colocarmos no relatório final a orientação no sentido de que a FUNASA, como órgão responsável pela saúde indígena, ela possa também ter uma estrutura capaz de enfrentar esse problema. Porque hoje é difícil se analisar, fazer um levantamento como está no roteiro, sobre a eficiência da aplicação dos programas. Porque, na realidade, a FUNASA, a estrutura dela, pelo que eu pude observar, é extremamente limitada — e o Deputado Sebastião Madeira tem insistido nisso, como eu observei nas suas afirmações de que a FUNASA, na estrutura dela não consegue acompanhar as necessidades. Portanto, eu acho que esse é um dos problemas que, ao longo desse debate, nós fomos identificando.

Portanto, eu gostaria de lembrar a pergunta ao Sr. Gaspar Hickman sobre se, de fato, a existência desse centro, a criação dele, permitiu que se enxergasse um problema que já existia, que era uma taxa de mortalidade infantil muito elevada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Com a palavra o Sr. Gaspar Hickman para responder os questionamentos do Deputado Dagoberto e do Deputado Osmar Júnior.

O SR. GASPAS HICKMAN - Com relação ao questionamento do atraso de salários, eu não posso afirmar, eu não tenho conhecimento se atualmente está atrasado ou não, eu não tenho essa informação. Na época em que fui o Coordenador, várias e várias vezes ocorreram atraso no pagamento, não por culpa da conveniada, mas geralmente em razão do atraso na liberação de recursos por parte da Presidência da FUNASA. Nós tivemos, na minha época, inclusive, várias paralisações, greves que, inclusive, afetaram o trabalho diretamente, porque os salários foram atrasados. Então, aconteceu, inclusive, invasão por índios e por funcionários de um pólo, no caso lá de Dourados, em razão dos atrasos no pagamento dos salários. Então, atualmente, não sei. Na minha época, acontecia só em razão de atraso no repasse da Presidência para a Missão Caiuá. Com relação à questão do Centrinho, realmente é isso, Sr. Deputado. Até 2002, não havia, acredito que em nenhum lugar do Brasil ainda, pelo que eu tenho conhecimento, um centro de referência ou uma política voltada para a questão dos desnutridos. Então, era comum que eles viessem a falecer dentro das aldeias, não é? Inclusive, é importante resgatar que, somente a partir de 1999, a gente começou a ter registros oficiais dos dados de saúde indígena, não é? E o que se vê é que, apesar de toda essa situação, desde 1999 até agora, esses indicadores vêm melhorando. Oscila um pouco em razão de algumas situações locais, às vezes, mas de um modo geral eles vêm reduzindo-se drasticamente, não é? Isso mostra que o trabalho seja de Missão Caiuá, seja da FUNASA, de uma forma ou de outra, vem progressivamente dando resultados, não é? Agora, essa questão, por exemplo, da forma de contratação é crucial. Ela é... Hoje, nós temos uma forma precarizada de contratação. Inclusive, sempre que aconteciam, na minha época, esses atrasos no pagamento dos funcionários, era comum a gente perder 3, 4, 5, às vezes, até 10 médicos — não é? — ou outros profissionais fundamentais para o desenvolvimento das atividades porque eles não tinham a certeza que iam receber os salários deles no mês seguinte e, também, não tinham a certeza de que, ao final daquele convênio, de 1 ano,



haveria a renovação daquele convênio. Então, isso traz uma insegurança — não é? — para quem está trabalhando na saúde indígena.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Baseado no art. 14, concedo a palavra ao Deputado Geraldo Resende.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Primeiro, Sr. Presidente, eu não tenho, de forma nenhuma, nada de que eu possa me arrepender do processo que se deu em 2005. Porque isso, de fato — e todos os Deputados que estiveram no Mato Grosso do Sul e em algumas outras regiões do País, certamente, vão demonstrar os avanços que houve após os episódios que, infelizmente, foram mais focados em Mato Grosso do Sul, mas que aconteciam em outras Unidades da Federação. E, infelizmente, quem estava lá frente era o Sr. Gaspar Hickman, poderia ser até outro cidadão que faria as mesmas denúncias.

Não tenho documento nenhum, nunca me chegou documento nenhum, como V.Sa. falou há pouco. O que chegou foi denúncias, por escrito, de que haveria, naquele momento, uma situação — e não foram só encaminhadas a mim, foram encaminhadas também à CPI que, naquele momento, estava sendo feita na Assembléia Legislativa. Vários documentos acerca de contratos que apontavam indícios de irregularidades e que V.Sa, há pouco, inclusive no questionamento do Deputado Waldir Neves, disse que existiam indícios e que está sendo... que, inclusive, alguns deles estão se estão processando, tanto internamente, como também em algumas outras esferas do Poder Judiciário.

Eu espero que, no final, possa desaguar que V.Sa. seja isentado de todos eles, se é como V.Sa. aponta, mesmo porque documentos que temos em mãos do Tribunal de Contas da União, da CGU, mostram que todas as denúncias formuladas não só pela Comissão Externa, da qual eu era Presidente e que foi formulada pela Relatora, Deputada Perpétua Almeida, foram verificadas e tinham procedência.

Mas eu não quero entrar nesse questionamento, mesmo porque, quando da instalação desta CPI, eu dizia, e volto a repetir, que a questão da desnutrição certamente foi ultrapassada. Existe, como também existe na população não índia, hoje, nos vários recantos deste País, mas nós podemos comemorar muitos avanços. Certamente aquela criança que eu cito como exemplo, a criança chamada Géria da Silva — que desnutrição grave! —, que hoje está lá, está toda eutrófica, com peso



normal para a idade dela, ela é um retrato dos avanços que houve após as denúncias. E eu me sinto responsável, sim, pelas várias mortes que nós evitamos. E, certamente, se não tivéssemos feito as denúncias, como alguns apregoam — e alguns podem até criar denúncias infundadas —, certamente muitas e muitas crianças, como Géria da Silva, estariam morrendo não só no Mato Grosso do Sul, mas em outras Unidades da Federação. Certamente nós não teríamos só lá em Dourados, 600 moradias novas, 600 moradias em condições dignas. Não teríamos a ampliação do abastecimento de água, não só em Dourados, mas em várias reservas indígenas, várias aldeias indígenas em Mato Grosso do Sul. Não teríamos melhorado as equipes do Programa Saúde da Família, inclusive, neste momento, sendo revitalizadas, sendo reformuladas, ou seja, com vários profissionais, como há pouco V.Sa. disse, e um avanço do financiamento — o Deputado Dagoberto questiona. Não tenho aqui, não faço aqui a defesa, mesmo porque eu sei que é uma entidade séria, mas não tenho delegação nenhuma para defendê-la, que é a Missão Evangélica Caiuá. Se não fosse entidade séria, não seria chamada para prestar serviço no Maranhão, serviço lá em Minas Gerais e em outras unidades da Federação, porque há ONGs e ONGs. Há ONGs em que você não pode botar a mão porque sairá chamuscado, e outras que fazem o papel. E essa, pelo que eu conheço da instituição, ela faz trabalho sério.

Agora, logicamente que isso quem vai poder dirimir realmente é o próprio trabalho da CPI, e poderá muito bem cobrar o relatório do que é repassado para a Missão Evangélica Caiuá e onde são gastos todos esses recursos que são repassados para lá, que são recursos que fazem, similares ao que havia em 2005, porque se nós formos colocar aí o advento de outros serviços, de outras unidades de saúde, de outros, de outras equipes que criaram, de Casais, porque se criou a Casais de Campo Grande, onde foi demolido, e houve sim, e há a comprovação de que foi demolida ilegalmente lá uma estrutura, sem qualquer processo licitatório, se construiu a Casais de Dourados, que nós visitamos, e que está dando um aporte substantivo ao atendimento da população indígena. Agora mesmo, recentemente, foi alugado um hospital com estrutura muito boa para enfrentar uma das principais questões da saúde lá em Amambai, mas há a Casais de Amambai. E é essa



descentralização dos serviços de atendimento à população que se está verificando em vários pólos do Estado.

Então, temos várias conquistas — e, certamente, isso está refletindo nos indicadores. E V.Sa. há pouco disse que houve avanço significativo, V.Sa. disse que em várias irregularidades, vários indícios de irregularidades que nós apontamos, certamente tinham razão de existir, porque não fomos nós só que fizemos, foi toda a Comissão Externa, foi a própria Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa. Pode questionar a feitura desse ou daquele, desse ou daquele relatório, alguns pontos aqui, mas eu acho que nós fizemos o nosso papel de Parlamentar. E eu espero que esta CPI também...

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS BIFFI - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Só para terminar, Deputado Biffi. Esta CPI também possa fazê-lo apontando para que nós possamos, daqui a algum tempo, poder ter comemorações melhores do que as que temos tido hoje. O papel que nós exercitamos em 2005, mais uma vez, aqui refuto que foi de fundamental importância...

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - ... porque, certamente, se não tivesse levantado toda aquela problemática, nós ainda poderíamos estar tendo dados que certamente envergonham a todos nós e, inclusive, envergonha o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que recentemente, numa viagem que fez, disse que um dos episódios mais marcantes do ponto negativo da sua gestão, do primeiro mandato, foi quando assistia, a cada dia, ao noticiário sobre uma morte de uma criança indígena. Isso num país que, naquele momento, estava dando exemplo para o mundo todo, lançando o Fome Zero, que foi e que é um programa que nós temos aí, e toda a população brasileira está comemorando o grande número de pessoas que são abarcadas por esse programa. Naquele momento, quando o Fome Zero estava sendo lançado, havia morrendo crianças indígenas num Estado que certamente é o exemplo de produção agrícola do País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Deputado...

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Por isso é que eu gostaria, para finalizar, Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Com a palavra o Deputado Waldir Neves.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Eu acho que houve um bom trabalho e que o resultado disso a gente pode comemorar hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Deputado Biffi, seja breve porque eu vou encerrar a sessão.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS BIFFI - Não vou me alongar mais do que o Deputado Geraldo Resende. Vou ficar do mesmo tamanho. Mas parece que a gente não está tocando no ponto principal: o motivo que levou à desnutrição indígena. Estamos aqui tentando buscar aqui, tentando colocar que foi a má gestão do companheiro Gaspar, quando o problema não foi só em Mato Grosso do Sul, foi em todo o País. O problema principal é a mudança da política da FUNASA na época, 2003/2004, mas nós não entramos aqui numa questão que está permeando todo o nosso debate, que é o volume de recursos que a missão recebe e a formulação da política de saúde que ela faz. Nós não estamos entrando nessas questões. Nós estamos aqui tentando... *“Não, foi faturamento de peças, gastou-se mais no conserto da bomba”,* isso e aquilo... Ou *“quem é que tirou o processo lá de dentro? O processo sumiu lá de dentro, apareceu na mão do Deputado...”*

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Não apareceu na mão de Deputado, não.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS BIFFI - Não, está aqui. Está na matéria...

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Aqui não tem processo igual do Álvaro Dias, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Deputados, a ordem; a ordem, Deputados.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS BIFFI - Então... essas coisas... Como também não acho, Deputado Geraldo Resende, que os resultados obtidos hoje com a FUNASA sejam frutos das denúncias da época. Não. Isso é fruto de uma política que vem sendo implementada pelo Governo Lula nos vários setores. Pára com isso. Não é só por causa das denúncias, não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Deputado Biffi, conclua, por gentileza.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS BIFFI - Então, nesse sentido, quero dizer que, para encerrar, Sr. Presidente, que o companheiro Gaspar foi o bode expiatório da situação. Estamos tangenciando o problema. A omissão de quem era responsável por tratar da questão da saúde... não o fez porque estava perdendo espaço na política e tinha de voltar a dominar a processo. E voltou. Estão surgindo aí outros indícios de outros problemas, pagamentos atrasados... Isso é só verificar, porque houve a denúncia, mas o coordenador da missão disse que não, que há tantos anos não vê falar nisso, mas a gente não pôde checar se isso é verdade ou não. Porque se nós formos pegar pelas denúncias, se o Deputado Geraldo Resende está coberto de razão, essa denúncia que chegou para mim é verdadeira. E estava mentindo o Sr. Dr. Zelik para nós, naquela audiência, se partirmos desse princípio de que as denúncias são todas verdadeiras. Então, os fatos que chegaram são verdadeiros. E chegaram para nós que está havendo atrás de pagamentos. Nós temos de verificar isso.

Então, eu quero dizer, para encerrar, Sr. Gaspar, que V.Sa. assumiu isso com muita seriedade, com muita hombridade, pagou um preço, mas é o preço que todo gestor tem. E eu espero... E vamos torcer. Acho que a bancada hoje de Mato Grosso do Sul não faria a mesma coisa hoje na gestão atual.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Deputado Biffi, por gentileza.

Com a palavra o Deputado Waldir Neves.

O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES - Sr. Presidente, eu só queria ... Sr. Gaspar, eu coloquei para o senhor que justamente... e eu não quero aqui entrar no mérito porque fica esse... o Geraldo acusa, e o senhor se defende — não é? —, e a gente não chega a uma conclusão. O Deputado Geraldo fez várias acusações sérias e profundas, e o senhor mesmo confirmou e não reafirmou que havia interesse desse grupo dominante em solapar a sua gestão, enfraquecer a sua gestão, e que usaram denúncia do Deputado Geraldo Resende que a fez com muita contundência, naquele momento acusando aí... fazendo uma série de acusações. E eu perguntei, e não foi muito claro o senhor na resposta, que naquele momento foi onde houve, em



Mato Grosso do Sul — não foi em todo o Brasil, foi em Mato Grosso do Sul —, um aumento significativo de mortes de crianças. Foi exatamente em 2004 e 2005.

Coincidentemente ou não, foi um período em que houve uma transição. Mudou-se a portaria que regulamentava que somente podia ser coordenador da FUNAI pessoas de carreira. Essa portaria foi revogada. E houve então um certo loteamento político: pessoas que assumiram um novo Governo, enfim...

E, coincidentemente, foi justamente nesse período que a Missão Caiuá, que não preenchia os requisitos, teve que se afastar.

Aí, então, mesmo o senhor recebendo 7 milhões na época do Orçamento — e obviamente havia uma estrutura menor, não havia esses hospitais e outras atividades —, dobrou-se o número de funcionários, Deputado, de lá para cá, pelo que o senhor falou. Houve essas mortes.

A que se atribui isso? À falha humana? À malversação do dinheiro que foi desviado da finalidade com conserto de carro, com superfaturamento de outras atividades? Por que houve essa coincidência? E justamente no momento em que houve esses fatos todos o senhor — por infelicidade ou sei lá por que razão — estava lá, era o coordenador. Daí por que o senhor está aqui a nos responder.

Então, é isso que queremos saber, que eu gostaria de saber, porque até agora não ficou claro se as denúncias são levianas ou não são — já não vem o caso — se são infundadas ou não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Ele já respondeu essa pergunta, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES - Mas sim, só para concluir. Então, o que eu gostaria de saber: justamente naquele momento houve a transição, houve mudança de comando, houve a indicação — coincidentemente o senhor é do PT, mas foi coincidência só, eu tenho certeza. Enfim, por que aconteceu tudo isso naquele momento? Foi coincidência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Dr. Gaspar, o senhor tem algum dado complementar a responder?

O SR. GASPAR HICKMAN - Só para esclarecer que o fato de eu ter mudado a portaria, permitindo que pessoas que não fossem do quadro viessem a ocupar o



cargo de coordenador, no meu caso, não teve qualquer alteração, porque eu era do quadro também. Então, nesse sentido, não houve qualquer alteração.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - V.Exa. está respondendo, sob pena de estar mentindo.

Houve, sim, uma modificação, porque naquele momento ninguém poderia...

O SR. GASPAS HICKMAN - Não, não...

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - É grave isso, é grave. V.Exa. sabe que houve uma modificação na portaria que possibilitava a quem não tinha curso superior assumir o cargo. E foi feito logo, para que V.Exa. pudesse ascender ao cargo de coordenador.

O SR. GASPAS HICKMAN - Nobre Deputado, ele se referiu ao fato de ser fora do quadro.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Não foi para isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Com a palavra Dr. Gaspar.

O SR. GASPAS HICKMAN - Com relação à pergunta, de forma objetiva, com certeza, Deputado, a mudança da política da forma de gestão, eu posso assegurar que ela teve seus reflexos, sim. Se houve uma alteração a maior da... um acréscimo na mortalidade infantil, com certeza, foi um reflexo dessa mudança na forma do modelo de gestão. Com relação aos veículos, não houve desvio de recurso de um elemento de despesa, por exemplo, para outro. Não houve essa situação de se pegar recursos que eram destinados à saúde indígena para consertar veículo. Então, essa situação não existiu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Com a palavra o Relator, Deputado Vicentinho Alves, para suas considerações finais.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Dr. Gaspar, eu sou um Parlamentar que tenho como princípio de que saúde, educação e segurança é um dever do Estado. Eu, particularmente, como Parlamentar, acho que isso não deve ser terceirizado, inclusive responsabilidades como dever de Estado. Mas naturalmente, como Relator, às vezes, nem sempre o que eu penso é o que apresentarei no relatório.



Para isso, eu quero a sua contribuição, para que eu forme um juízo. V.Sas, como ex-gestor, sobre essa terceirização para ONGs, se V.Sa. fosse hoje o presidente da FUNASA, como é que seria: seria favorável ou contra... ou administração direta? Para que a gente possa entender melhor esse mundo das ONGs que estão aí, e que tanto o Deputado Osmar, quanto o Deputado Dagoberto, quanto o Deputado Biff e todos os Parlamentares possamos conhecer melhor isso aí.

Quando eu estive junto com os colegas em Mato Grosso, isso foi um fato novo que surgiu ali, eu não tinha esse conhecimento. Então, eu quero crer que uma posição sua, como ex-gestor, vai contribuir com o nosso relatório, para falar melhor dessa terceirização. Por que ela funciona bem terceirizado, como a FUNASA repassando recurso, e por que não direto?

Lá, nos disseram que é por causa de concurso público. Eu acho que não. Na minha visão, concurso público você pode fazer e ter funcionários. Hoje vemos faltar funcionários na FUNASA e sobrar funcionários nas ONGs. Eu não estou entendendo, acho que a maioria dos Parlamentares também não deve estar entendendo essa situação. Então, como ex-gestor, dê a sua opinião.

O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES - Só para completar a pergunta dele. Eu perguntei e o senhor foi muito objetivo e acabou... Por que quando foi na gestão direta da FUNASA aconteceram os fatos e a Missão Caiuá está funcionando. Tem falha, mas está funcionando, não houve... diminuiram as mortes?

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - E só para complementar, isso tem a ver com o objeto da CPI, que é a morte de crianças indígenas por subnutrição. É uma das...

(Intervenções fora do microfone. Inaudível.)

O SR. GASPAS HICKMAN - Com relação à questão que o Deputado Waldir Neves colocou... desculpe, deu um branco agora, Deputado. Por que que melhorou, não é?

O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES - Pelo menos os indicadores demonstram que foi justamente naquele momento em que houve a interrupção do convênio — só ajudando o Relator ali — que houve os fatos. É coincidência ou não? Eles retornaram, reduziram as mortes. Os investimentos são proporcionais, talvez



porque àquela época era menor a estrutura. É isso que queremos saber. Por que que funciona com a terceirização, ou pelo menos em tese está funcionando, e quando é administração direta não?

O SR. GASPAS HICKMAN - Não é que melhorou. Acontece que, a partir do desencadeamento dos fatos — e aí eu tenho tranquilidade para reconhecer, embora não concorde com a forma como foram formuladas as denúncias, porque elas foram muito no sentido pessoal, mas eu entendo que as denúncias são importantes para exatamente ajudar a desencadear isso. Eu tenho tranquilidade para reconhecer isso. Só me sinto injustiçado porque elas foram totalmente direcionadas a mim como se eu fosse a pessoa que...

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Não, foi o Coordenador, não o cidadão.

O SR. GASPAS HICKMAN - A partir daí, Deputado Waldir Neves, houve um aporte de recursos muito grande, aumentou o quantitativo de recursos humanos, passou-se a distribuir cesta básica assim de forma... não falta cesta básica. Não sei hoje, mas durante um bom período cada família recebia 2, 3 vezes por mês cesta básica. Então, foram situações que aconteceram após isso. Então, a desnutrição não se dá em razão da assistência ou má assistência à saúde. Ela se dá em razão de questões estruturais, como a questão da política de alimentação, política agrícola que se desenvolve nas aldeias, enfim, uma série de questões mais amplas que interferem diretamente. A desnutrição é uma consequência e não a causa. Então, é nesse sentido que eu acho que tem que interpretar. Com relação à terceirização, a minha opinião pessoal é: não sou a favor de terceirização. Eu entendo que, ao invés de passar esse monte de recursos para ONGs, se repassasse, por exemplo, para as Prefeituras, assim como estamos tendo a experiência da SAS... Pelo menos em Mato Grosso do Sul praticamente todos os municípios hoje já têm profissionais contratados com recursos do Governo Federal, mas sob a gestão do município, com a coordenação da FUNASA, atuando na saúde indígena. Então, entendo que uma forma, inclusive, de se viabilizar o fim da terceirização na saúde indígena é através da parceria com os municípios. A FUNASA não precisa executar diretamente tudo, mas ela pode coordenar, pode ter um papel nesse sentido para que a saúde indígena possa ser executada de outra forma. Além disso, a própria FUNASA



precisa promover concurso de forma a contratar profissionais que possam fazer esse papel de gestão, que ela não tem hoje nos seus quadros. É isso, Sr. Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Dr. Gaspar Hickman, a Câmara dos Deputados, em especial esta CPI, agradece sua presença e que seu depoimento a esta Comissão possa ser importante para embasar o relatório do Deputado Vicentinho Alves.

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos, antes convocando reunião para o dia 15/4/2008, terça-feira, às 14 horas, no Plenário 15.

O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES - Antes de encerrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Sim, Deputado.

O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES - Não está na pauta, mas quero pedir. Qual o prazo para prorrogação.... Qual o prazo para encerrar a CPI? Porque ontem eu tive alguns requerimentos rejeitados que vou reapresentar, porque, no momento em que vai evoluindo a CPI, por exemplo... Ele disse aqui, o Hickman, que os convênios são feitos diretamente com a FUNASA nacional. Nós aqui não ouvimos o Presidente da FUNASA. Quando ele esteve aqui, houve um problema de Ordem do Dia e ele acabou não falando. Então, eu acho que nós temos que convocá-lo, convidá-lo novamente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Sim, Deputado.

O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES - Esse requerimento do Tribunal de Contas, para podermos ir aperfeiçoando a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Deputado Waldir Neves, o Presidente de ofício não está presente. Pela informação que tive ontem dele, parece que todos tiveram, a CPI será prorrogada por 10 dias, logo depois da visita ao Maranhão e ao Acre. Já vai entrar na... o relatório final...

O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES - É isso que eu gostaria de discutir, Sr. Presidente, porque tem algumas indagações que ficaram em branco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Ficou decidido ontem pelo Plenário que nenhum requerimento poderá ser apresentado ou deliberado...

O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES - Mas pode ser revisto pelo próprio Plenário.



O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - ... pela maioria em Plenário? O Plenário é soberano.

O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES - Certo. Por isso que eu queria sugerir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - E nenhum requerimento será aceito ou deliberado por esta Comissão.

O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES - Até que haja uma mudança...

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - E o Relator vai priorizar, nesses poucos dias que faltam, as oitivas e os requerimentos que ele achar pertinentes e urgentes, para que ele possa embasar e aprimorar o seu relatório.

O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES - Tudo bem. Eu vou aguardar a próxima reunião até para sugerir que haja uma alteração, porque, na verdade, acabamos ficando na superficialidade e tem alguns questionamentos, como ontem, que vão evoluindo na medida em que vai avançando as oitivas, as visitas e que sem isso ficamos prejudicados, e esta CPI vai acabar não atingindo seu objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Concordo plenamente com V.Exa.

O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES - Mas agradeço a V.Exa. pela paciência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Mas o Plenário ontem deliberou e o Plenário é soberano. V.Exa. que apresente requerimento na próxima sessão...

O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES - O.K. Queria aproveitar para pedir para o Deputado Geraldo devolver o processo também que está...

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - A sessão está encerrada...

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Sr. Presidente, eu gostaria que retirasse isso das notas taquigráficas, mesmo porque eu estou tratando a CPI com o devido respeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Solicito à Taquigrafia que retire as palavras do Deputado Waldir Neves ofensivas ao Deputado Geraldo Resende das notas taquigráficas.



O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES - Não, Sr. Presidente. Nada de ofensa ao Deputado Geraldo Resende.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - A sessão está encerrada.